

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
Informe quinzenal sobre a Resposta Global à COVID-19
Informe 22



Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2020



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

Página	Tema	Autores
3	Apresentação	Paulo M. Buss e Luiz Eduardo Fonseca
4	Multilateralismo em movimento face à pandemia pela Covid-19: Nações Unidas e OMS -	Santiago Alcázar, Luiz Augusto Galvão e Paulo M. Buss
11	Resposta da OEA à Pandemia de Covid-19	Luana Bermudez
13	Resposta das Instituições Financeiras Multilaterais à Covid-19 -	Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo
20	Resposta do G20 e da OCDE à Covid-19	Luiz Eduardo Fonseca
24	A 12ª Cúpula dos BRICS durante a pandemia de Covid-19	Claudia Hoirisch
27	Resposta da América Latina e Caribe à Covid-19	Sebastián Tobar e Carlos Linger
33	Resposta da Região Africana à Covid-19	Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg
36	Resposta da Europa à Covid-19	Ana Helena Gigliotti de Luna Freire
38	Resposta da Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio à Covid-19 -	Lúcia Marques

RESPOSTA GLOBAL À COVID-19

Uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

(Sumário produzido pelo CRIS-Fiocruz sobre a quinzena 21/10 a 04/11 de 2020)

Apresentação

Sessões Especiais da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) são raras. Desde a criação da ONU, em 1945, apenas 30 sessões deste tipo haviam sido realizadas. A 31ª. realizou-se virtualmente dias 3 e 4 de dezembro e teve como tema a pandemia pela Covid-19. Interviram nas discussões o SG Guterres, os presidentes da UNGA e do ECOSOC, o presidente do Conselho de Segurança e o presidente do Movimento dos Não Alinhados, proponente da Sessão. Mais de 90 chefes de Estado se pronunciaram e uma sessão interativa das delegações com o DG da OMS ocorreu no 2º. dia. A mensagem central foi que a comunidade internacional deve preocupar-se com a pandemia e com a recuperação, que deve se dar pelo compromisso global e de cada país com a implementação da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável.

Na semana anterior, a *Assembleia Mundial da Saúde* reuniu-se virtualmente, para finalizar a sessão iniciada em maio de 2020, e obviamente a pandemia pela Covid-19 foi novamente o ponto prioritário da agenda. O primeiro artigo deste informe trata de ambos eventos, o qual, inaugurando uma prática que será assumida doravante pelo Cris, foi publicado simultaneamente pelo blog do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) Fiocruz.

No mesmo período, arranjos plurilaterais, como o *G20* e o *BRICS* se reuniram tendo também como tema prioritário a Covid-19. Os artigos enfocando estas duas cúpulas detalham os principais debates e suas conclusões, sendo publicados também no blog do CEE.

Enquanto isso, o percurso letal da pandemia continua nas Américas, a região com mais da metade dos casos e mortes do mundo, com os Estados Unidos e o Brasil pontuando, lamentavelmente, esta triste estatística. O Brasil já atingiu mais de 176 mil mortes e 6,5 milhões de casos. Nos Estados Unidos, o novo governo Biden promete retorno ao multilateralismo.

A pandemia também não arrefeceu na Europa, nem em outras regiões do mundo; ao contrário, a curva ascendente de casos e óbitos demandou respostas de novas medidas de restrição à mobilidade e de ampliação do distanciamento social.

Na região, finalmente o encontro entre Bolsonaro e Fernández, com resultados ainda incertos. No mesmo período, realizou-se a *XLVII Reunião de Ministros da Saúde do Mercosul*, cujos resultados são examinados no artigo sobre resposta à pandemia na ALC. A Fiocruz recebeu reconhecimento da Fundação Favaloro por suas ações neste ano.

A presidente Nísia Trindade compareceu à audiência no Congresso Nacional prestando contas das ações da Fiocruz no combate à pandemia, e de lá saiu com a aprovação dos esperados recursos para a concretização da produção da vacina contra o coronavírus. Completou o périplo com a assinatura de concessão, pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, de terrenos para a construção do novo complexo produtivo da Fiocruz em Santa Cruz.

O CRIS continua realizando os *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 'José Roberto Ferreira'*. No próximo dia 9/12 o tema será *'Diplomacia da Saúde e Resposta à Covid-19 nas Américas'*; o ciclo se encerra em 16/12, com o seminário de balanço 2020 e perspectivas 2021 da pandemia. O *e-book* do CRIS, *'Diplomacia da Saúde e Covid-19: Reflexões à meio caminho'* será lançado neste último seminário do ano.

Boa leitura, e bom fim de semana!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 04 de dezembro de 2020
Paulo Buss e Luiz Eduardo Fonseca

Multilateralismo em movimento face à pandemia pela COVID-19: Nações Unidas e OMS

Santiago Alcázar, Luiz Augusto Galvão e Paulo M. Buss

Diante da evolução sem tréguas da pandemia pela Covid-19 no segundo semestre de 2020, a 75ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) decidiu, por meio da resolução A/RES/75/4¹, convocar uma *Sessão Especial da AGNU* em resposta à pandemia da Covid-19, que se realizará nos dias 3 e 4 de dezembro, de 2020, no nível de Chefes de Estado ou de Governo.

A Carta das Nações Unidas estabelece que a Assembleia Geral reunir-se-á em sessões ordinárias, anuais, ou em *sessões especiais* exigidas pelas circunstâncias de momento. Desde a criação das Nações Unidas, em 1945, realizaram-se apenas 30 sessões especiais, a primeira, em abril de 1947, convocada para tratar da questão da Palestina, também objeto da segunda, realizada em abril de 1948. Os temas das sessões especiais cobrem amplo espectro e revelam um pouco da história das relações internacionais²: Desarmamento, Desenvolvimento, Apartheid, Nova Ordem Econômica Internacional, Abuso de Drogas, Mulher, Habitat II, Comemoração dos 60 anos da liberação dos campos de concentração nazistas, bem como a histórica 26ª sessão sobre o HIV/AIDS, em 2001 – foram objeto de sessões especiais. Sobre esta última, caberia deixar registro que, pela primeira vez, um tema de saúde transcendia o espaço da OMS para merecer a atenção de Chefes de Estado e de Governo e Chanceleres no âmbito da AGNU. O tema da saúde voltaria a ser incluída na agenda da 63ª sessão AGNU, em 2008, e sucessivamente desde então.

A sessão especial sobre COVID-19 consistirá em: i) um segmento de abertura; ii) o debate geral; iii) uma apresentação e diálogo interativo do Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) com as entidades do sistema Nações Unidas e partes interessadas e a sociedade civil a respeito dos esforços de coordenação entre as agências na busca de respostas à Covid-19 e aos seus impactos; e iv) um segmento de clausura.

Como se recordará, o Presidente do Azerbaijão, na qualidade de representante do Movimento dos Não-Alinhados, telefonou ao Secretário-Geral das Nações Unidas, no início de julho, para propor sessão especial da UNGA sobre Covid-19. No final de junho, contabilizavam-se no mundo aproximadamente 10 milhões de infectados e mais de 500 mil óbitos. Quando escrevemos estas linhas, o número de infectados se aproxima de 60 milhões e o de óbitos chega perto de 1,5 milhão. Com a explosão desses números em cinco meses, não se pode dizer que a decisão de realizar uma sessão especial da UNGA sobre Covid-19 tenha sido precipitada.

No segmento de abertura, farão intervenção o Presidente da AGNU, Embaixador Volkan Bozkir, Representante Permanente da Turquia junto às Nações Unidas; o Secretário-Geral da Organização, Antônio Guterres, em seu duplo papel de SG, bem como no de Presidente do Conselho Diretor de Coordenação dos Chefes Executivos do Sistema Nações Unidas; o Presidente do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Embaixador Munir Akram, Representante Permanente do Paquistão junto às Nações Unidas; o futuro³ Presidente do Conselho de Segurança, Embaixador Jerry Matjila, Representante Permanente da África do Sul junto às Nações Unidas; e o Presidente do Movimento de Países Não-Alinhados, o Presidente Ilham

¹ Special session of the General Assembly in response to the coronavirus disease (COVID-19) pandemic, A/RES/75/4, as adopted on 5 November 2020. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/75/4>

² A lista de todas as sessões especiais da AGNU pode ser acessada em <https://www.un.org/en/ga/sessions/special.shtml>

³ A presidência do CS é ocupada por cada um dos membros do Conselho, por um mês, na sequência alfabética em inglês. Nesse caso, o último país a ocupar a presidência do CS em 2020 será a África do Sul.

Aliyev, do Azerbaijão. Sobre a intervenção deste último na sessão especial - que se poderia supor estar destinada a controlar o avanço da pandemia e tentar minorar o sofrimento que causa o seu impacto em todo mundo - cabe registrar que o mesmo celebrou recentemente, em termos marcadamente cruéis, vitória no último episódio da guerra contra a Armênia. Segundo o Presidente Vladimir Putin⁴, da Rússia, que impôs o fim das hostilidades e um acordo de paz naquela região, o número de mortos ascenderia a mais de 5 mil, número ainda mais impressionante por ter ocorrido em apenas 45 dias.

O debate geral, à semelhança daquele que se realiza nas sessões ordinárias, será reservado às intervenções previamente gravadas dos Chefes de Estado e de Governo, que terão apenas 5 minutos para anunciarem de que maneira estão contribuindo para reverter os impactos da pandemia nos respectivos países.

O pano de fundo da 31ª sessão especial consiste na resposta ampla do sistema das Nações Unidas à Covid-19⁵. Como se sabe, essa resposta apoia-se em três pilares: i) sanitária; ii) humanitária; iii) retomada. O primeiro pilar refere-se à ampla coordenação necessária para que os serviços de saúde sejam fortalecidos para atender à demanda causada pela pandemia. O segundo, relaciona-se à necessidade imediata de atender aos múltiplos impactos da pandemia sobre segmentos vulneráveis da população mundial, que incluem o aumento da pobreza, da fome, da deterioração generalizada das condições sociais, entre outros. Não é preciso insistir que esse quadro é fértil para outras crises sanitárias, bem como para a viabilidade de projetos de recuperação. O terceiro pilar é o da matriz de onde sairão as transformações para o período pós-Covid e a definição para o novo normal.

O primeiro pilar é de responsabilidade da OMS, a que cabe o esforço de coordenar os esforços para a adequação da resposta dos serviços de saúde em escala global. O segundo pilar é objeto do Plano de Resposta Humanitária Global à Covid-19, iniciativa das Nações Unidas, conduzida pelas agências do sistema, em colaboração com autoridades locais e parcerias internacionais. Em complemento à resposta humanitária, as Nações Unidas desenvolveram um quadro global de referência para a imediata resposta socioeconômica à pandemia. O Fundo de Resposta à Covid-19 e para a Recuperação, exemplo de iniciativa que emana daquele segundo pilar, reúne mais de 100 escritórios nacionais do sistema das Nações Unidas trabalhando em sintonia com governos para as necessidades específicas dos países envolvidos. Outras iniciativas que resultam desse segundo pilar são o pedido do Secretário-Geral por um cessar-fogo global, a ideia de financiamento para o desenvolvimento na era da Covid-19, a divulgação de informes sobre diferentes aspectos da pandemia para ajudar na tomada de decisão, e uma plataforma digital para sobrepor-se a desinformação *on-line*. O terceiro pilar é o que deve sustentar todos os esforços para as soluções de saída e nada mais são do que os princípios e os objetivos acordados na Agenda 2030 e os ODS, verdadeiros instrumentos de consenso para o desenvolvimento.

Ao considerar os três pilares que sustentam a resposta do sistema das Nações Unidas à Covid-19 é interessante observar que os mesmos apontam para soluções multilaterais, onde não há espaço para aventuras nacionais isolacionistas, apoiadas em veleidades de soberania há muito atropeladas pelas circunstâncias históricas da globalização. A realidade que nos toca viver é a globalização dos temas: a saúde é global, o meio ambiente é global, a economia é global, a

⁴ EUA, França e Rússia são co-Presidentes do Grupo de Minsk, criado pela Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), em 1992, com vistas a estabelecer as condições de paz entre Armênia e Azerbaijão.

⁵ United Nations Comprehensive Response to COVID-19: Saving Lives, Protecting Societies, Recovering Better. Disponível em: https://www.un.org/pga/75/wp-content/uploads/sites/100/2020/10/un_comprehensive_response_to_covid.pdf

política é global. Nenhum país pode agir de modo a ignorar a sua pertença à comunidade de nações. Nenhum país pode agir de modo a crer que o planeta terra divide-se em soberanias nacionais.

Com respeito à apresentação do Diretor Geral da OMS e ao diálogo interativo que seguirá com as entidades do sistema das Nações Unidas e com as partes interessadas, caberia esclarecer que estas últimas são integradas por fundações privadas, bem como ONGs e sociedade civil organizada. Neste contexto, grupo de entidades da sociedade civil encaminhou carta ao Presidente da AGNU na qual menciona papel crucial da sociedade civil no enfretamento da grave crise humanitária causada pela Covid-19 e solicita participação no evento. Pelas regras de procedimento da AGNU, o ECOSOC, em consulta e com a aprovação dos Estados membros, pode convidar representantes de ONGs e da sociedade civil organizada a participar das sessões especiais. A dificuldade reside no tempo alocado para as intervenções naquele segmento. É evidente que terão prioridade as entidades do sistema Nações Unidas, bem como os *stakeholders*, representados pelas fundações privadas, que trarão certamente informações sobre o avanço dos planos para financiamento das vacinas, bem como para a logística de sua distribuição. A resolução A/RES/75/4 estabelece que a sociedade civil poderá fazer uso da palavra *se houver tempo*. Não se sabe se o pleito dos representantes da sociedade civil será aceito pelos Estados membros, nem, caso aceitem, se terão tempo alocado para fazer uso da palavra.

Será ademais interessante acompanhar a apresentação do Diretor Geral da OMS, Tedros Adhanom, que na retomada⁶ da 73ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde, fez dura crítica aos que não contribuem para a solução do problema. Em linguagem clara disse o DG: *“Podemos estar cansados da Covid-19, mas ela não está cansada de nós (...) ela se alimenta dos que estão mais fracos, mas também de outras fraquezas: desigualdade, divisão, negação, pensamento ilusório e ignorância voluntária”*. Para enfatizar que não há solução unilateral, que não tome em consideração a necessidade de união de todos, expressado nas fórmulas *all-of-government* e *all-of-society* que, por sua vez, implicam o desdobramento da mais ampla cooperação, solidária e generosa, Tedros continuou a crítica contra a miopia irresponsável de alguns países da seguinte maneira: *“A onda de nacionalismo e do isolacionismo mal orientado corroeram o senso de propósito comum”*, para em seguida dar os parabéns ao Presidente eleito Joe Biden e à Vice Kamala Harris.

A resolução A/RES/75/4 recorda em sua parte preambular as quatro resoluções adotadas pela 74ª sessão da AGNU⁷. Como se recordará, apenas uma daquelas quatro resoluções contemplava todos os aspectos da pandemia: a A/RES/74/306. Ademais de fazer referência a múltiplos acordos concluídos, à Agenda 2030, ao Acordo de Paris sobre mudança climática, que sugerem a concordância de ação conjunta sobre assuntos que não podem ser conduzidos sem a união de todos em benefício do bem comum, aquela resolução é a única que recorda a faculdade que têm os Estados membros de lançar mão de todas as flexibilidades possíveis para garantir aos seus respectivos povos todo o conjunto de produtos de saúde para o tratamento da Covid-19. Essa resolução foi adotada pela 74ª sessão, encerrada em 13 de setembro, praticamente ao apagar de luzes. O texto dessa resolução, é bom recordar, vinha sendo discutido desde o mês de junho. Especular sobre a demora, bem como sobre a de

⁶ A 73ª sessão da AMS realizou-se nos dias 18 e 19 de maio, em modo *de minimis*. A sessão foi retomada no dia 9 de novembro, estendendo-se até o dia 16.

⁷ RES 74/270, Solidariedade global para combater a Covid-19; RES 74/274, Cooperação internacional para garantir acesso a medicamentos, vacinas e equipamento médico para enfrentar a Covid-19; RES 74/306, Resposta compreensiva e coordenada para a pandemia do coronavírus; e RES 74/307, Resposta unida contra ameaças globais contra a saúde: combatendo a Covid-19.

convocar a sessão especial, não irá contribuir para o que interessa, que é controlar e minorar o sofrimento causado pela pandemia, mas pode servir de lição para o que pode vir pela frente.

É claro que a expectativa global pelas decisões que tomarão os Chefes de Estado é enorme; podemos permanecer numa postura multilateral quase expectante ou partir para ações mundiais cooperativas e coordenadas quanto à Covid-19 e o período pós-pandemia.

Sobre o segundo segmento da 73ª. Assembleia Mundial de Saúde (AMS)

O segundo segmento da 73ª. Assembleia Mundial de Saúde (AMS)^{8,9}, realizado de forma virtual de 9 a 13 de novembro de 2020, iniciou com mensagens de otimismo e de esperanças em relação ao quadro sócio-político global e aos avanços em relação ao controle da pandemia. Ainda assim, esteve muito presente durante toda a sessão uma mensagem de cautela e o alerta de que devem ser mantidas as medidas preventivas recomendadas, pois vários países ainda não as estão adotando em sua plenitude.

Ao final da Assembleia e ao iniciar a sessão do Comitê Executivo da OMS, em 16 de novembro, presidido pelo Ministro da Saúde e Bem-Estar Familiar da Índia, Harsh Vardhan, o Diretor da OMS mencionou as resoluções adotadas pela 73ª. AMS sobre preparação de emergência, meningite, doenças tropicais negligenciadas, epilepsia e outros distúrbios neurológicos, imunização, câncer do colo do útero, tuberculose, envelhecimento saudável, inovação e propriedade intelectual, cuidados oculares e segurança alimentar, além de declarar 2021 como o "Ano Internacional do Trabalhador da Saúde". Ou seja, apesar de priorizar, a AMS não se restringiu a abordar a pandemia pela Covid-19, mas procurou também avançar a agenda global da saúde.

A OMS também lançou durante este segmento da 73ª. AMS três novas iniciativas para fortalecer as capacidades nacionais e a OMS: a Revisão Universal de Saúde e Preparação¹⁰; o Conselho de Economia da Saúde para Todos¹¹; e um novo "biobanco" para compartilhar patógenos e amostras clínicas¹². Os conceitos dessas iniciativas estão em desenvolvimento e em breve serão difundidos aos Estados-Membros, assim como as formas de participação.

O DG reafirmou que ainda que a pandemia tenha sido um retrocesso aos esforços coletivos para atingir as metas de "tríplo bilhão"¹³ e os ODS, a OMS continua comprometida em apoiar os Estados-Membros a retomar o ritmo de trabalhos.

Durante a reunião foi destacado que os compromissos com o Acelerador de Ferramentas COVID-19¹⁴ já atingiram mais de 5 bilhões de dólares. Sobre esta iniciativa e seu

⁸ WHO, 73ª WHA Agenda, Doc. A73/1 Rev.2. Novembro 10, 2020. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA73/A73_1Rev2-en.pdf

⁹ WHO. 73ª WHA site. Disponível em: <https://www.who.int/about/governance/world-health-assembly/seventy-third-world-health-assembly>

¹⁰ WHO. Director-General's opening remarks on the Executive Board meeting 16 November 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-on-the-executive-board-meeting-16-november-2020>

¹¹ WHO. Press release. 13 novembro, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/13-11-2020-who-establishes-council-on-the-economics-of-health-for-all>

¹² WHO. Director-General's opening remarks on the Executive Board meeting 16 November 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-on-the-executive-board-meeting-16-november-2020>

¹³ WHO. Invest in WHO. Genebra, 5/18. Disponível em: <https://www.who.int/about-us/planning-finance-and-accountability/financing-campaign>

¹⁴ WHO. The Access to COVID-19 Tools (ACT) Accelerator. Genebra 2020. Disponível em: <https://www.who.int/initiatives/act-accelerator>

pilar COVAX sobre vacinas¹⁵, embora essenciais para controlar a pandemia, a vacina apenas irá complementar as demais ferramentas e não as substituir. A vacina inicialmente terá uma oferta limitada, e para reduzir a mortalidade e manter os serviços essenciais devem ser priorizados os trabalhadores da saúde e serviços essenciais, idosos e outras populações de alto risco.

Ainda que com a vacina o vírus terá menos espaço para se disseminar, as comunidades ainda precisarão estar mobilizadas pelos líderes e praticando as medidas não-farmacêuticas de uso de máscaras, distanciamento espacial, lavagem de mãos, hábitos higiênicos e evitar aglomerações. A vigilância também deve continuar, com testes, identificação de casos, rastreamento de contatos, isolamento e cuidados clínicos adequados. Ainda temos um longo caminho a percorrer para quebrar as cadeias de transmissão e salvar vidas.

A resolução mais importante da 73ª AMS (WHA73.1)¹⁶, aprovada em maio, foi sobre a resposta a COVID-19 e ressaltou a profunda preocupação com a morbidade e mortalidade causadas pela pandemia, os impactos negativos na saúde física e mental e no bem-estar social, bem como nas economias e sociedades e a consequente exacerbação das desigualdades dentro e entre países. Sublinha a responsabilidade primária dos governos pela adoção e implementação de respostas à pandemia COVID-19. E recordando o mandato constitucional da OMS de agir, entre outros, como a autoridade de direção e coordenação do trabalho internacional em saúde, assim como reconhecendo o papel fundamental da Organização na resposta mais ampla das Nações Unidas e a importância do fortalecimento da cooperação multilateral no enfrentamento da pandemia COVID-19 e seus extensos impactos negativos, solicitou várias ações aos Estados-Membros:

- Colocar em prática uma resposta de todo o governo e de toda a sociedade, inclusive através da implementação de um plano de ação nacional, intersetorial de ações imediatas e de longo prazo;
- Implementem planos de ação nacionais, com medidas abrangentes, proporcionais, vinculadas temporalmente, sensíveis à idade e gênero, em todos os setores governamentais, garantindo o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais e prestando especial atenção às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Garantir que as restrições à circulação de pessoas e de equipamentos e medicamentos médicos no contexto do COVID-19 sejam temporárias e específicas e que incluam exceções para a circulação de trabalhadores humanitários e de saúde;
- Tomar medidas para apoiar o acesso à água segura, saneamento e higiene e prevenção e controle de infecções, particularmente em estabelecimentos de saúde;
- Garantir, no contexto de alcançar a cobertura universal de saúde, o funcionamento contínuo do sistema de saúde no plano nacional e suas prioridades, garantindo uma resposta efetiva à pandemia COVID-19 e outras doenças e epidemias em curso, como as doenças não transmissíveis, saúde mental, saúde materno-infantil e saúde sexual e reprodutiva – aqui, estaríamos falando no enfrentamento da ‘sindemia’;
- Fornecer à população informações confiáveis e abrangentes sobre a COVID-19 e as medidas tomadas pelas autoridades em resposta à pandemia, aplicando-se no combate a desinformação e a desinformação, bem como atividades cibernéticas maliciosas, tudo isto englobado pelo conceito de ‘infodemia’;
- Proporcionar acesso a testes seguros, tratamento e cuidados paliativos para a COVID-19, prestando especial atenção à proteção daqueles com condições de saúde pré-existentes, idosos e outras pessoas em risco, como profissionais de saúde, e outros trabalhadores;

¹⁵ GAVI. The COVAX explained. Genebra. 3/9/20. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/covax-explained>

¹⁶ WHO. Resolution WHA73.1 COVID-19 response . Agenda item 3. 11/20. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA73/A73_R1-en.pdf

- Fornecer aos profissionais de saúde, trabalhadores da saúde e outros trabalhadores de linha de frente acesso a equipamentos de proteção individual, treinamentos e apoio psicossocial;
- Fornecer à OMS informações de saúde pública oportunas, precisas e suficientemente detalhadas relacionadas à pandemia COVID-19, conforme exigido pelo Regulamento Sanitário Internacional (2005);
- Compartilhar conhecimentos, lições aprendidas, experiências, melhores práticas, dados, materiais com a OMS e outros países, conforme apropriado;
- Fortalecer ações que envolvam a participação das mulheres em todas as etapas dos processos decisórios e integrar uma perspectiva de gênero na resposta e recuperação da COVID-19;
- Fornecer financiamento sustentável à OMS para garantir que a Organização possa responder plenamente às necessidades de saúde pública na resposta global à COVID-19, não deixando ninguém para trás;

A resolução também pede às organizações internacionais e outras partes interessadas que apoiem os países na implementação de planos de ação nacionais multisetoriais, no fortalecimento de seus sistemas de saúde para responder à pandemia COVID-19 e na manutenção da prestação segura de todas as outras funções e serviços essenciais de saúde pública. Também solicita que as organizações trabalhem de forma colaborativa em todos os níveis para desenvolver, testar e escalar a produção de produção segura, eficazes, de qualidade, diagnósticos acessíveis, terapêuticas, medicamentos e vacinas para a resposta à COVID-19, incluindo, mecanismos existentes para a colaboração voluntária e o licenciamento de patentes, a fim de facilitar o acesso oportuno, equitativo e acessível, consistente com as disposições de tratados internacionais relevantes, incluindo as disposições do Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio de Direitos de Propriedade Intelectual (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights - TRIPS Agreement*) e as flexibilidades contidas na Declaração de Doha sobre o Convênio TRIPS e a Saúde Pública (*Flexibilities within the Doha Declaration on the TRIPS Agreement and Public Health*).

Ao Diretor-Geral da OMS, a resolução pede que ele continue trabalhando com o Secretário-Geral das Nações Unidas e organizações multilaterais relevantes, incluindo as agências signatárias do *Plano de ação global para vidas saudáveis e bem-estar para todos*¹⁷, em uma resposta abrangente e coordenada em todo o sistema das Nações Unidas para apoiar os Estados-Membros em suas respostas à pandemia COVID-19 em total cooperação com os governos. Em especial, solicita que continue a trabalhar em estreita colaboração com a Organização Mundial para a Saúde Animal (OIE), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e os países, como parte da 'Saúde Única', visando identificar a fonte zoonótica do vírus e a rota de introdução à população humana.

A resolução também solicita que, no momento mais propício e em consulta com os Estados-Membros, o DG continue a avaliação imparcial, independente e abrangente da resposta internacional coordenada pela OMS à COVID-19 – incluindo: (i) a eficácia dos mecanismos à disposição da OMS; (ii) o funcionamento do Regulamento Sanitário Internacional (2005) e o status de implementação das recomendações pertinentes dos Comitês de Revisão anteriores do IHR; (iii) a contribuição da OMS para os esforços em toda a Organização das Nações Unidas; e (iv) as ações da OMS e seus cronogramas relativos à pandemia COVID-19 – e fazer recomendações para melhorar a capacidade de prevenção, preparação e resposta pandêmica global, inclusive por meio do fortalecimento, conforme apropriado, do Programa de Emergências em Saúde da OMS.

¹⁷ Ver: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241516433>

A OMS anunciou a criação de um *Conselho de Economia da Saúde para Todos*¹⁸, formado por economistas e especialistas em saúde, para colocar a 'Saúde para Todos' no centro de como pensamos sobre a criação de valor e o crescimento econômico. O novo Conselho será presidido pela Profa. Mariana Mazzucato, da University College London, entendendo o investimento em saúde local e global como investimentos no futuro, não como um custo de curto prazo, o que poderia redundar em economias mais saudáveis, inclusivas e sustentáveis. Referindo-se à iniciativa, Adhanom afirmou que a pandemia COVID-19 demonstrou as consequências do subinvestimento crônico em saúde pública e que não bastam mais investimentos, mas também repensar como a saúde é valorizada. Mazzucato insistiu em que "*estamos vivendo múltiplas crises: econômica, climática e saúde relacionadas. Se continuarmos consertando cada parte do sistema isoladamente, estaremos sempre um passo atrás. Mais importante será construir uma agenda econômica proativa de Saúde para Todos, moldando as economias para que realmente propiciem bem-estar e inclusão no centro de como se cria valor e como o medimos e distribuimos*".

A pandemia continua seu curso de difícil interpretação. A 75ª. AGNU e a 73ª. AMS mostraram alguns caminhos e os discursos foram de construir uma cooperação capaz de enfrenta-la com mais efetividade. O tempo dirá se se trata de mais um conjunto de declarações retóricas ou se as duras consequências em sofrimento, mortes e pobreza que a pandemia trouxe à sociedade global deixam lições transformadoras para a ação das políticas públicas.

.....

Nosso colega da Fiocruz, João Aprígio Guerra de Almeida, coordenador da Rede Global de Bancos de Leite Humano (rBLH) do Brasil, recebeu da OMS, durante a Assembleia, o *Prêmio Memorial Dr. Lee Jong-wook Memorial Prize for Public Health* por seu trabalho de promoção do aleitamento materno no mundo. É com esta nota de puro júbilo e orgulho de ser Fiocruz que fechamos este artigo.

¹⁸ WHO. Press release. 13 novembro, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/13-11-2020-who-establishes-council-on-the-economics-of-health-for-all>

RESPOSTA DA OEA À PANDEMIA DE COVID-19

Luana Bermudez

Nos dias 20 e 21 de Outubro foi realizada a 50a Assembleia Geral da OEA, pela primeira vez de forma virtual. A Assembleia contou com a participação de mais de 800 delegados, entre eles representantes dos países membros, da sociedade civil e de organizações internacionais.

Em seu discurso na sessão inaugural, o Secretário Geral da OEA, Luis Almagro, ressaltou o impacto da pandemia na região. Almagro recordou que a Covid-19 colocou em evidência a fragilidade dos sistemas políticos, sociais e econômicos que vivemos e colocou as instituições mais fortes e culturas democráticas mais consolidadas à prova. Ele também mencionou as atividades da OEA no contexto da pandemia, se referindo à organização como o principal fórum político da região, com capacidade para reunir estados membros, sociedade civil, setor privado, e outros atores chave como a academia e trabalhadores.

Por fim, Almagro destacou que a pandemia trouxe uma oportunidade histórica para o desenvolvimento de respostas inovadoras que possam reduzir as vulnerabilidades que foram expostas com a crise.

Durante os dois dias foram discutidas resoluções no seguintes temas: desafios para a segurança alimentar, promoção e proteção dos direitos humanos, fortalecimento da democracia, promoção da segurança hemisférica, iniciativas hemisféricas em diversas áreas, resposta ao cambio climático em tempos de pandemia, e participação da sociedade civil.

Porém as protagonistas do encontro não foram as resoluções relacionadas com a pandemia, e sim duas resoluções específicas: uma sobre as reformas eleitorais na Nicarágua e outra sobre o reconhecimento dos resultados das eleições legislativas na Venezuela.

As resoluções tiveram forte campanha dos Estados Unidos. No caso da Nicarágua, a resolução teve apoio de EUA, Canadá, Chile, Colômbia, Paraguai e Venezuela (representada por um delegado do Juan Guaidó). O objetivo da resolução parece ser o de aumentar a pressão no país para que reforme seu sistema eleitoral, com ataques diretos do Secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, ao Presidente Ortega.

No caso da Venezuela, Pompeo pediu explicitamente que os países membros não reconheçam as eleições ilegítimas do país. Com isso, o texto acaba estabelecendo uma base jurídica para que estes países não reconheçam as eleições que serão realizadas no início de dezembro.

https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=D-015/20

https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-106/20

<http://scm.oas.org/Ag/documentos/>

No dia 28 de outubro foi realizado um Webinar sobre Como reduzir a desigualdade de gênero e aumentar a liderança das mulheres no desenvolvimento econômico e na competitividade regional. Participaram estudiosos de economia e de gênero com o objetivo de debater os desafios da região com a pandemia e como garantir a reintegração laboral de mulheres no momento e recuperação da economia, além de dar continuidade ao incentivo da liderança de mulheres na tomada de decisão pós-pandemia.

<https://www.oas.org/ext/es/principal/covid-19/Foros-Virtuales/ArtMID/3478/ArticleID/3674/Webinar-C%3b3mo-reducir-la-brecha-de-g%3ba9nero-y-aumentar-el-liderazgo-de-las-mujeres-en-el-desarrollo-econ%3b3mico-y-la-competitividad-regional>

No dia 18 de novembro, a Missão de Observação Eleitoral da OEA no Brasil publicou um relatório preliminar destacando temas importantes como a violência, desinformação, financiamento político-eleitoral, participação política de mulheres indígenas, entre outros. O relatório também ressalta o trabalho do Tribunal Superior Eleitoral na realização das eleições em um contexto desfavorável devido à pandemia.

<http://www.oas.org/documents/por/press/Informe-Preliminar-MOE-Brasil-2020-PORT.pdf>

No dia 20 de novembro foi realizada a VI Reunião Ministerial de Governo Digital da América Latina e Caribe, que busca fomentar a transformação digital para a recuperação econômica e Social pós pandemia. Foram realizadas seis reuniões temáticas sobre cibersegurança, inovação, dados abertos e tecnologias emergentes.

O encontro resultou em um ambicioso plano de trabalho conjunto para o próximo ano e uma declaração conjunta ressaltando a necessidade da transformação digital para a recuperação da pandemia, o importante papel de tecnologias digitais para a garantia de serviços sustentáveis, inclusivos e equitativos, e a transformação de atividades de administração pública mais eficientes, transparentes e efetivas através de ferramentas de governo digital.

https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-117/20

<https://www.redgealc.org/contenido-general/noticias/documentos-de-la-ministerial-2020/>

No dia 24 de novembro foi realizada a Reunião da Rede Interamericana de Competitividade (RIAC) 2020 - Redefinindo a Agenda de Competitividade nas Américas: Prioridades para uma recuperação pós-COVID. Nesta reunião, participam Ministros(as) e Altas Autoridades de Competitividade com o objetivo de definir bases para uma nova agenda de competitividade regional com vistas a recuperação pós-pandemia, incluindo recomendações e ações de apoio na recuperação econômica, intercâmbio de boas práticas e cooperação regional.

Um dos resultados apresentados na reunião foi a Aceleradora de Ideias Covid-19, uma plataforma lançada com o objetivo de compartilhar produtos e serviços inovadores para atender às necessidades mais urgentes geradas pela pandemia, como ventiladores de baixo custo, EPIs, aplicativos de celular, entre outros.

A plataforma visa fornecer autoridades governamentais, líderes locais, especialistas acadêmicos e empreendedores da região oportunidades de cooperação em informações oportunas, pontos de contato e novas tecnologias.

<https://www.oas.org/ext/es/principal/covid-19/Foros-Virtuales/ArtMID/3478/ArticleID/3726/2020-Reuni%3bn-de-la-Red-Interamericana-de-Competitividad-RIAC-Re-Definiendo-la-Agenda-de-Competitividad-en-las-Am%3a9ricas-Prioridades-para-una-recuperaci%3bn-Post-COVID>

Resposta das Instituições Financeiras Multilaterais à COVID-19

Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo

Iniciativas do Banco Mundial

Cazaquistão

A potencial perda de aprendizagem com o fechamento de escolas durante a pandemia COVID-19 e as novas abordagens para a recuperação da aprendizagem no Cazaquistão foram os principais tópicos de uma discussão realizada no dia 24 de novembro de 2020. A discussão virtual foi organizada pelo Banco Mundial, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), em conjunto com o Ministério da Educação e Ciência da República da Cazaquistão.

A discussão faz parte de uma série de webinars sobre a reabertura de escolas no Cazaquistão, organizada em conjunto pelo Banco Mundial, UNICEF, UNESCO, OMS e parceiros locais. O objetivo é permitir que especialistas e profissionais de educação implementem medidas de saúde pública relacionadas com a escola no contexto da COVID-19, mitiguem a perda de aprendizagem e organizem a aprendizagem digital e mista centrada na criança e inclusiva. Todos os meses, departamentos de educação e saúde, gestores escolares e professores são convidados a participar da discussão sobre um conceito de aprendizagem combinada centrado na criança e as soluções existentes para adaptar a aprendizagem para atender às necessidades de todas as crianças.

Globalmente, cerca de 40% da população estudantil continua a ser afetada pelo fechamento total ou parcial das escolas. Mesmo com o aprendizado remoto totalmente implementado nas economias avançadas, as perdas de aprendizado são estimadas como substanciais. De acordo com o Banco Mundial, o fechamento de escolas pode levar a uma perda de aprendizado de até 10%.

Como o tempo e a qualidade da escolaridade estão vinculados à capacidade de uma pessoa de gerar renda no futuro, o fechamento de escolas provavelmente reduzirá a renda das pessoas afetadas. No Cazaquistão, espera-se que o custo estimado do fechamento de escolas durante março-junho de 2020 reduza a renda futura em 2,9%, equivalente a uma perda econômica geral de até US \$ 1,9 bilhão a cada ano.

Para mitigar a perda de aprendizagem, alguns governos em todo o mundo estão tentando manter os níveis de gastos com educação ou aplicar um financiamento único de 'recuperação'. Para aqueles que abandonam precocemente a escola, alguns países estão oferecendo apoio financeiro e emprego, e investindo mais na aprendizagem ao longo da vida. O investimento em habilidades e tecnologia digital, bem como na construção de capacidade institucional de profissionais da educação, visto que os serviços de educação digital equitativos são vistos como uma estratégia importante.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/11/25/experts-discuss-strategies-for-post-covid-learning-recovery-in-kazakhstan>

Equador

No dia 24 de novembro de 2020, o Banco Mundial aprovou um crédito de US \$ 500 milhões e US \$ 14,1 de recursos não reembolsáveis do Mecanismo Global de Financiamento Concessional (GCFF) para apoiar a recuperação econômica do Equador.

Os recursos ajudarão o Governo a apoiar as famílias mais afetadas pela pandemia COVID-19, bem como a fortalecer as políticas para eliminar as restrições ao desenvolvimento do setor privado e promover a recuperação econômica. O financiamento também apoiará o aumento da eficiência do setor público e a sustentabilidade das finanças públicas durante a crise.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/11/24/ecuador-reativacion-economica>

Guiana

No dia 25 de novembro de 2020, o Banco Mundial aprovou **Projeto de Resposta de Emergência COVID-19** de US \$ 7,5 milhões da Guiana para apoiar o país no combate à atual pandemia e no fortalecimento do sistema de saúde do país.

O Projeto de Resposta a Emergências COVID-19 da Guiana fortalecerá a capacidade laboratorial, apoiará a triagem e vigilância, melhorará o rastreamento de contatos e equipará as instalações de saúde para um tratamento e cuidado mais eficazes dos pacientes com COVID-19. O projeto também incluirá atividades voltadas especificamente para alcançar as comunidades locais em todo o país e nas regiões do interior por meio da expansão do rastreamento de contatos e do apoio psicossocial a famílias vulneráveis. Os materiais de comunicação de risco serão traduzidos para os idiomas locais para garantir que grupos vulneráveis tenham acesso a informações confiáveis sobre o vírus e sua propagação. Finalmente, o projeto também contribuirá para preparar o sistema de saúde para a implantação efetiva de uma vacina COVID-19 segura e aprovada.

A Guiana recebe financiamento sem juros da International Development Association (IDA), com vencimento de 40 anos, incluindo um período de carência de 10 anos. No final de julho de 2020, a Guiana também se beneficiou de uma doação de US \$ 1 milhão por meio do Mecanismo de Financiamento para Emergências Pandêmicas (FPE) administrado pelo Banco Mundial, que foi desembolsado para a OPAS / OMS.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/11/25/world-bank-provides-75-million-to-support-guyanas-covid-19-response>

Fundo Monetário Internacional

Observações da Diretora Geral Georgieva na Conferência sobre as Lições da Crise Financeira Global na Era da COVID-19

Aqui vão alguns destaques do que falou a Diretora Geral do FMI durante a Conferência:

A crise financeira global ajudou a todos nós a perceber que o sistema bancário deveria ser mais resiliente. Portanto, trabalhamos para reformá-lo, para nosso grande benefício hoje. Mesmo em meio à pior recessão desde a Grande Depressão, mantivemos em grande parte a estabilidade financeira.

Essa resiliência financeira que construímos desde a Crise Financeira Global - e então a combinamos com quase US \$ 12 trilhões de apoio à política fiscal de governos e uma injeção maciça de liquidez de bancos centrais. Essas duas coisas nos ajudaram a estabelecer um piso para a economia global.

As condições financeiras globais melhoraram para muitos tomadores de empréstimos soberanos. Uma série de economias emergentes com fundamentos sólidos conseguiram retornar aos mercados de capital internacionais e levantar dinheiro a custos relativamente baixos:

Um: é vital manter o apoio político em uma crise. Medidas fiscais e monetárias excepcionais contribuíram muito para ajudar pessoas e empresas a sobreviver à pandemia. E fundamentos sólidos na estrutura de políticas aumentam a capacidade de ação de um país. No futuro, será fundamental que os países não retirem o apoio prematuramente e, mais importante, que continuem a direcionar as medidas de forma a ajudar os mais vulneráveis.

Dois: reformas regulatórias para fortalecer a resiliência compensam. As medidas tomadas após a crise financeira global ajudaram a garantir que os bancos entrassem nesta crise com posições de capital e liquidez muito mais fortes. Enquanto olhamos para o mundo após a pandemia, devemos considerar o que podemos fazer para garantir que seremos mais uma vez mais resilientes quando enfrentarmos o próximo choque - especialmente a crise climática que se aproxima. Temos que expandir esse conceito de resiliência para nos concentrar em três coisas: pessoas resilientes - educadas, saudáveis, com forte proteção social; planeta resiliente - aquele em que o protegemos para as gerações futuras e diminuimos os riscos da crise climática; e finanças resilientes. Continuamos a expandir o que temos feito com o setor bancário para as instituições financeiras não bancárias.

Três: a cooperação internacional em tudo isso é crítica. Fomos capazes de implementar reformas após a crise financeira global com tanta rapidez e eficácia por um grande motivo: trabalhamos juntos. Por meio do G20, apoiamos reformas regulatórias financeiras que fortaleceram o sistema na última década.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/11/23/sp112320md-remarks-oap-on-lessons-from-gfc-in-the-age-of-covid19>

Iniciativas do FMI

Nicarágua

No dia 20 de novembro de 2020, o Conselho Executivo do FMI aprovou o pedido da Nicarágua de assistência financeira emergencial de US \$ 185,32 milhões para ajudar o país a atender às necessidades urgentes do balanço de pagamentos decorrentes da pandemia COVID-19.

O financiamento de emergência será usado para acomodar gastos sociais e de saúde urgentemente necessários.

As autoridades transferirão metade dos fundos de emergência para o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), que auxiliarão na execução transparente das despesas planejadas.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/11/20/pr20349-nicaragua-imf-executive-board-approves-us-185-3m-emergency-support-to-address-covid19>

6ª Palestra Richard Goode: Refazendo o Mundo Pós-COVID

O FMI realizará sua sexta palestra anual Richard Goode em 4 de dezembro de 2020. A palestra Richard Goode é um evento anual para antecipar e discutir questões de política e debates. É organizado pelo Departamento de Assuntos Fiscais e convoca os principais acadêmicos a contribuir para um amplo público de formuladores de políticas, acadêmicos e representantes de organizações internacionais.

O tema do seminário deste ano é “*Remaking the Post-COVID World*” apresentado pelo Professor Daron Acemoglu. Esta palestra examinará o impacto da mudança tecnológica e da automação nas nações industrializadas, que causou um enorme aumento na desigualdade entre

capital e trabalho e entre trabalhadores de alta e baixa escolaridade, disparidades que agora foram aprofundadas pela COVID-19.

O professor Acemoglu é um professor do Instituto no MIT e membro eleito da National Academy of Sciences, da Turkish Academy of Sciences, da American Academy of Arts and Sciences, da Econometric Society, da European Economic Association e da Society of Labor Economists.

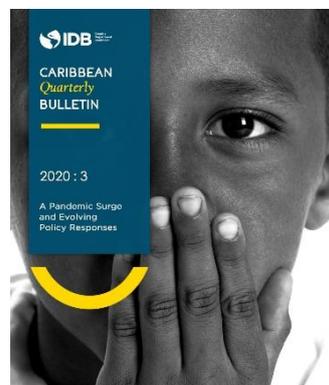
Após sua apresentação, o professor Acemoglu e a diretora geral Kristalina Georgieva terão uma breve conversa sobre o assunto. O evento será transmitido ao vivo para o público no site [IMF.org/live](https://www.imf.org/live)

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Relatório: *Caribbean Quarterly Bulletin: A Pandemic Surge and Evolving Policy Responses*¹⁹

Com exceção de Barbados, a região do Caribe experimentou um novo aumento de casos de COVID em meados deste verão. Vários fatores contribuíram para essa situação lamentável: um aumento nos casos importados com a abertura das fronteiras, um aumento na transmissão comunitária à medida que as medidas de distanciamento social interno foram amenizadas e eleições com voto pessoal em três países: Suriname, Trinidad e Tobago e Jamaica.

Os governos estão ajustando suas precauções sanitárias e respostas de política econômica e social à evolução da situação. Além desses eventos atuais, as condições “pré-existentes” em termos de pobreza e desigualdade - junto com as situações institucionais pré- crise nos países - afetam a forma como os governos podem e devem responder à crise atual.



Esta edição especial do Boletim Trimestral Caribenho do BID traz uma atualização das condições econômicas e de saúde da região. Também se concentra na resposta política tanto da perspectiva comparativa quanto institucional com o objetivo de extrair lições de intervenções políticas empreendidas na região e em outros lugares que tiveram sucesso em amortecer o choque atual, ao mesmo tempo em que fornecem a base para um crescimento futuro mais forte.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/caribbean-economies-urged-invest-infrastructure-secure-post-covid-growth>

Relatório: *Trade and Integration Monitor: The COVID-19 Shock: Building Trade Resilience for After the Pandemic*²⁰

Depois de uma queda no valor das exportações em 16 por cento no primeiro semestre de 2020, a recuperação do comércio na América Latina e no Caribe ainda é incerta devido aos

¹⁹ Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/caribbean-quarterly-bulletin-volume-9-issue-3-november-2020>>. Acesso em: 30 de novembro de 2020.

²⁰ Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/trade-and-integration-monitor-2020-covid-19-shock-building-trade-resilience-after-pandemic>>. Acesso em: 30 de novembro de 2020.

novos surtos de COVID-19 e ao impacto econômico causado pela pandemia, segundo a um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O estudo que analisa os fluxos comerciais na região, afirma que a retração foi causada principalmente pela queda nos volumes de exportação, que por sua vez foram impulsionados pelo impacto econômico da pandemia.

O valor das exportações da América Latina e do Caribe se contraiu mais do que o comércio global, que caiu 13,3% com relação ao ano anterior no primeiro semestre de 2020.



A pandemia afetou o comércio internacional de serviços de forma mais severa do que o comércio de bens. As exportações de serviços da América Latina e do Caribe entraram em terreno negativo pela primeira vez desde 2015, diminuindo a uma taxa estimada de 29,5% ano a ano no primeiro semestre de 2020.

O desempenho comercial da América Latina e do Caribe foi particularmente afetado no primeiro semestre de 2020 pela queda nas exportações para grandes mercados como os Estados Unidos (-19,5%), a União Europeia (-18,6%) e a China (-1,0%).

O relatório conclui que os países devem adotar uma ambiciosa agenda de integração internacional e consolidar as cadeias de valor regionais para atrair novos investimentos e aproveitar as oportunidades de *nearshoring* em bens e serviços. As prioridades incluem o fortalecimento das agências de promoção de exportações e atração de investimentos, melhoria da facilitação do comércio e modernização das instalações alfandegárias, diversificação dos setores de serviços e promoção da digitalização do comércio, entre outros.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/latin-american-exports-fall-due-pandemic-though-less-expected>

VI Reunião Ministerial do Governo Eletrônico da América Latina e Caribe

A VI Reunião Ministerial do Governo Eletrônico da América Latina e Caribe aconteceu no dia 20 de novembro de 2020 com a promessa de ministros e outras autoridades de alto escalão de 33 nações de promover a transformação digital para ajudar na recuperação social e econômica da região na era pós-COVID-19, com ênfase especial em serviços digitais transfronteiriços. Além disso, as autoridades dos países participantes designaram a Colômbia como Presidente da Rede Gealc. A Colômbia ocupará esta posição em 2021 por meio de seu Ministério de Tecnologias da Informação e Comunicações (MinTIC).

Em comunicado conjunto divulgado no final da reunião, os ministros e outras autoridades afirmaram: “A transformação digital é fundamental para promover a reativação econômica e social inclusiva da região em face da crise COVID 19. O desafio colossal representado pela pandemia do vírus COVID-19 exigiu esforços inovadores extraordinários das agências governamentais digitais da região para desenvolver ferramentas de governo eletrônico para enfrentar as crises sociais e de saúde, ao mesmo tempo em que apoia a continuidade do governo operações, adaptando-se às diferentes metodologias de distanciamento físico adotadas por cada país.”

A declaração também enfatizou “o papel cada vez mais importante das tecnologias digitais e ferramentas de governo eletrônico para fornecer serviços sustentáveis, inclusivos e equitativos”, bem como “o poder transformador do governo digital para permitir administrações mais eficientes, transparentes e participativas na região.”

A sessão inaugural da reunião contou com a participação do Presidente da Costa Rica, Carlos Alvarado, cujo país sediou o evento virtual; O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Mauricio Claver-Carone; e o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Luis Almagro. Ao todo, mais de 800 autoridades de alto escalão, funcionários do governo, especialistas governamentais digitais e palestrantes participaram do evento de dois dias.

Além disso, mais de 350 funcionários do governo eletrônico participaram de uma série de reuniões temáticas sobre várias questões relevantes do governo eletrônico, como segurança cibernética, inovação, dados abertos e tecnologias emergentes. Também participaram especialistas da Espanha, Estônia, França, Israel, Portugal e Reino Unido. Os diretores do governo digital aprovaram uma ambiciosa agenda de trabalho colaborativo para 2021 com foco em áreas-chave para a transformação digital, como interoperabilidade, assinatura digital, cibersegurança e identificação digital.

O evento também incluiu um teste bem-sucedido de operação de validação de certificados digitais entre Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai. Isso foi possível graças ao trabalho colaborativo de autoridades desses países, com apoio técnico e financeiro do BID.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/e-government-ministerial-meeting-will-support-economic-and-social-recovery-post-covid-19>

Iniciativas do BID

No dia 26 de novembro de 2020, o BID aprovou um empréstimo de US \$ 50 milhões para apoiar os países membros da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e sua resposta às consequências para a saúde, sociais e econômicas causadas pela crise da COVID-19.

Este empréstimo ao Banco de Desenvolvimento do Caribe proporcionará recursos econômicos aos Estados membros da OECS. A OECS é formada por Antígua e Barbuda, Comunidade de Dominica, Granada, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas. Desde 1977, o BID forneceu US \$ 227 milhões ao CDB em um relacionamento de colaboração de longo prazo.

O programa ajudará a reduzir a mortalidade e morbidade da COVID-19 e garantirá níveis mínimos de qualidade de vida e saúde para pessoas vulneráveis nos países mencionados. Além disso, fornecerá suporte para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs). Os países da OECS relataram taxas de infecção mais baixas em comparação com outros países da América Latina e do Caribe. No entanto, os países da OECS ainda são altamente vulneráveis aos riscos de saúde, sociais e econômicos causados pela crise COVID-19. Antes da crise, os países da OECS costumavam receber mais de 1 milhão de visitantes anualmente. Este número representa quase 200% de sua população total, tornando os países da OECS altamente vulneráveis a quaisquer fatores externos que afetam o turismo e apresentando graves impactos econômicos e sociais para a população residente.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-supports-health-social-and-economic-covid-19-resilience-oecs-caribbean-countries>

Paraguai

No dia 26 de novembro de 2020, o BID aprovou um empréstimo de US \$ 30 milhões para financiar um programa no Paraguai, cujo objetivo é desenvolver e implementar políticas que apoiem os trabalhadores que procuram emprego para ter acesso a empregos de qualidade dentro da estrutura de reconversão de empregos pós-COVID-19.

Os objetivos específicos do programa são aumentar a cobertura do Sistema de Intermediação de Trabalho (SIL, em espanhol) do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MTESS, em espanhol) e melhorar as competências dos candidatos a emprego através da atualização das redes de formação de mão de obra de o Serviço Nacional de Promoção Profissional e o Sistema Nacional de Capacitação e Capacitação Laboral com perspectiva de gênero.

O programa prevê, entre outras ações, incentivos à inserção laboral, em particular dos jovens, para os quais serão financiadas transferências económicas incluindo programas de aprendizagem para jovens, adequação e concepção de malhas suplementares para aprendizes e formação de sistema dual de formadores em empresas que fazem parte disso.

Também financiará atividades para melhorar e expandir o Serviço Público de Emprego; a implementação de um sistema de acompanhamento e avaliação das políticas de emprego e de um portal de serviços online à disposição dos cidadãos; e a reforma da infraestrutura do MTESS para incluir a certificação EDGE e facilitar o acesso de pessoas com deficiência.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/paraguay-will-implement-policies-access-quality-jobs-idb-support>

Resposta do G20 e da OCDE à COVID-19

Luiz Eduardo Fonseca

A Reunião de Cúpula do G20 aconteceu nos dias 21 e 22 de novembro de 2020, em Riyadh, na Arábia Saudita. A reunião marcou o encerramento dos trabalhos da Presidência Saudita do G20 em 2020, que teve como lema “Criando oportunidades para todos no século XXI”. O ano de 2020 foi um ano atípico devido à pandemia da Covid19 e foi necessário organizar mais de 100 encontros virtuais para cumprir a agenda de trabalhos.

Com foco na restauração do crescimento durante a crise da Covid19, a Reunião focou, no primeiro dia, na apresentação dos países em relação à preparação e resposta à pandemia, e, no segundo, em discussões sobre a salvaguarda do planeta e sobre a recuperação econômica, com medidas para construir resiliência.



O G20 na era pós Covid19: a Cúpula de Riyadh

Na Declaração Final da Reunião de Cúpula do G20, em Riyadh, Arábia Saudita, os líderes das economias mais fortes do planeta declararam estar “unidos na convicção de que a ação global coordenada, solidária e multilateral são mais necessários hoje do que nunca para superar os desafios atuais e perceber oportunidades do século 21 para todos, capacitando as pessoas, salvaguardando o planeta, e moldando novas fronteiras. Estamos comprometidos em liderar o mundo na formação de uma era pós-COVID-19 forte, sustentável, equilibrada e inclusiva” (http://www.g20.utoronto.ca/2020/G20_Riyadh_Summit_Leaders_Declaration_EN.pdf)

A Declaração tem 4 partes que traduzem as questões prioritárias para o grupo: a questão multilateral, a questão econômica, as inequidades e o meio ambiente. Embora o econômico não seja abordado como primeiro tema da declaração ele perpassa como linha mestra todas as quatro áreas apresentadas. Essa linha mestra que dá o tom do documento também se faz representar nas instituições multilaterais convidadas a participar da Reunião, com voz: a OMS (em tempos de pandemia), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a OIT, a OMC e a União Europeia.

Segundo a Declaração, “a pandemia da Covid19 e seu impacto sem precedentes em termos de vidas perdidas, meios de subsistência e economias afetadas, é um choque incomparável que revelou vulnerabilidades em nossa preparação e resposta e ressaltou nossos desafios comuns”. O documento ressalta que foram mobilizados recursos para atender às necessidades imediatas de financiamento na saúde global para apoiar a pesquisa, desenvolvimento, fabricação e distribuição de equipamentos de segurança e diagnósticos, terapêuticas e vacinas contra a Covid19 e se compromete a garantir esse insumos de forma acessível e equitativa para todos as pessoas, tendo colaborado e apoiado todos os esforços colaborativos, especialmente a iniciativa Access to COVID-19 Tools Accelerator (ACT-A) e a iniciativa COVAX, assim como o licenciamento voluntário de propriedade intelectual. Reconhece a importância dos sistemas nacionais de saúde para alcançar a cobertura universal, destacando a importância da atenção primária.

Na Declaração, o G20 também se compromete em implementar a Iniciativa de Suspensão de Serviços de Dívida (DSSI), incluindo sua extensão até junho de 2021, permitindo que os países elegíveis ao DSSI suspendam pagamentos oficiais de serviços bilaterais da dívida.

No sentido de construir uma recuperação resiliente e duradoura, o G20 se compromete a investir em áreas-chaves como saúde, comércio e investimentos, transporte, infraestrutura, arquitetura financeira internacional, economia digital, tributação internacional e ações anticorrupção. No que respeita à saúde, o documento preconiza apoio à implementação do Regulamento Sanitário Internacional com total apoio à coordenação setorial global pela OMS. Em todas as outras áreas destaca-se o posicionamento do G20 no reconhecimento e suporte às instituições multilaterais, como a OMC, OIT, BM/FMI, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) e a Força-Tarefa de Ação Financeira (FATF).

A Declaração reconhece a importância de inovações tecnológicas responsáveis que podem trazer benefícios significativos para o sistema financeiro e a economia mais ampla, demonstrada pela resposta à pandemia facilitada pela conectividade e tecnologias digitais que, paralelamente, facilitaram a continuação de diversas atividades econômicas. Essas tecnologias podem auxiliar nos temas de evasão fiscal internacional e na luta anticorrupção, inclusive com a poio a instâncias como a iniciativa Combate à Lavagem de Dinheiro (AML) e Financiamento Contraterrorismo (CFT).

O impacto social e econômico da pandemia faz ainda mais urgente acelerar os esforços para acabar com a pobreza e combater as desigualdades inter e entre países e trabalhar para garantir que ninguém seja deixado para trás. Nesse sentido, o G20 apoia a implementação da Agenda 2030 e seus ODS, relevando o investimento para a educação, o empoderamento das mulheres, o acesso ao emprego e outras oportunidades de aperfeiçoamento, assim como para a proteção dos refugiados e deslocados. A Declaração também reitera apoio contínuo ao turismo e à Iniciativa G20 de Apoio à Industrialização na África e a países de baixo desenvolvimento (LDCs), a iniciativa Parceria G20-África, ao Pacto com África e outras iniciativas relevantes.

Em relação ao meio ambiente, o G20 se compromete com o combate à mudança climática nas seguintes frentes: ampliação do uso da energia eólica e solar; diminuição das emissões de carbono; diminuição do uso e do descarte de embalagens plásticas que poluem solos e mares; preservação do meio ambiente terrestre e marinho, o que inclui a luta contra o desmatamento e a poluição dos mares e reservatórios subterrâneos de água; defesa de uma agricultura mais responsável e sustentável. A Declaração também subscreve o apoio à Convenção de Paris e à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC).

O G20 e o futuro do multilateralismo: comentários

Em plena pandemia, a saúde tem sido usada como palco para os antagonismos no cenário político global e questionamentos nas bases do multilateralismo. No dia 14 de abril de 2020, os EUA suspenderam o pagamento de sua contribuição à OMS até que se apurassem os 'erros' da organização na condução da resposta à pandemia da Covid-19, principalmente em relação à China. A saída dos EUA da OMS foi oficializada em 4 de julho. Essa postura americana, apoiada por alguns países, acabou se expressando também na reunião de Ministros da Saúde do G20. Em 19 de abril de 2020, os Ministros da Saúde do G20 emitiram uma breve declaração de uma página chamada "Os Ministros da Saúde do G20 coordenam os esforços para combater a Covid-19" (<https://www.theguardian.com/world/2020/apr/20/us-scuppers-g20-coronavirus-statement-on-strengthening-who>) que simplesmente enfatizou que "a saúde e o bem-estar das pessoas estão no centro de todas as decisões tomadas para proteger vidas, combater doenças, fortalecer a segurança global em saúde e aliviar os impactos socioeconômicos resultantes da Covid-19" e reconheceu que a pandemia tem mostrado fraquezas sistêmicas nos sistemas de saúde.

O G20 acaba incorporando as mesmas tensões que persistem nas organizações multilaterais do sistema ONU. Mesmo na Declaração de Cúpula de Riyadh, foi mencionado, muito provavelmente por pressão americana e seus aliados, que o G20 deveria "avaliar lacunas na preparação de pandemias realizadas por organizações internacionais [esperando] ansiosos o trabalho do Painel Independente para Pandemia Preparação e Resposta e o Comitê de Revisão do RSI na avaliação do global resposta à saúde e à pandemia, como descrito na Assembleia Mundial da Saúde (WHA) Resolução sobre COVID-19", [...] esperando aprofundar essa discussão durante a próxima presidência italiana.

No dia 21 de novembro, primeiro dia da Reunião de Cúpula do G20, com pronunciamento de todos os chefes de Estado e representantes de organizações multilaterais, as intervenções relevaram a importância do multilateralismo representado pelo sistema das Nações Unidas, com duas ressalvas a pontuar: a do Presidente Trump dos Estados Unidos da América, e do Presidente Bolsonaro, do Brasil. Ambos gastaram metade do seu tempo com manifestações de âmbito exclusivamente nacional, Trump dizendo falar em nome da defesa dos trabalhadores americanos e os dois defendendo a economia e relevando tanto a independência em relação às prerrogativas multilaterais quanto o livre mercado, tendo, inclusive, o Presidente Bolsonaro defendido a não obrigatoriedade da vacinação contra a Covid19 em nome da "liberdade individual".

Os líderes do G-20 expressaram temor de que a pandemia amplie ainda mais a divisão entre ricos e pobres. Para lidar com isso, a União Europeia pediu contribuições que totalizam US\$ 4,5 bilhões para o Access to COVID-19 Tools Accelerator, um projeto global para acelerar o desenvolvimento e distribuição de vacinas, testes e tratamento, no âmbito da Organização Mundial da Saúde. A chanceler alemã Ângela Merkel prometeu cerca de US\$ 593 milhões. O presidente russo Vladimir Putin ofereceu a vacina Sputnik V da Rússia, e a China também se ofereceu para cooperar nas vacinas (<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/g20-health-ministers-virtual-meeting-saudi-arabia>).

Exceto o Presidente Trump, que sustentou a possibilidade de contestação do resultado das eleições e saldou a continuidade de sua presença no G20 para os próximos 4 anos, nenhum outro chefe de Estado do G20 sequer expressou qualquer comentário sobre a vitória de Biden nas últimas eleições americanas. A Declaração do grupo enfatizou o que chamou de "importante mandato do sistema e das agências das Nações Unidas, principalmente o OMS". Entretanto, embora tenha prometido enfrentar a questão da dívida das nações em desenvolvimento, a Declaração do G20 não forneceu quaisquer medidas concretas nesse sentido, a não ser incentivar o pedido de perdão da dívida por parte de credores. A Iniciativa de Suspensão de

Serviços de Dívida (DSSI), inicialmente proposta em abril e prorrogada em outubro, foi novamente prorrogada até julho de 2021, de acordo com a declaração final do G-20.

O FMI alertou, num documento encaminhado ao G20 que, embora a atividade econômica global tenha mostrado recuperação desde junho, há sinais de que pode estar perdendo força, e a crise provavelmente deixará cicatrizes profundas e desiguais. O PIB global deverá contrair 4,4% em 2020 e realizar uma recuperação desigual e parcial. Além disso, o subemprego persistente e o fechamento de escolas podem prejudicar o capital humano; e o excesso de falências pode corroer o know-how e a produtividade. O aumento da dívida aumentará os desafios no futuro. Disse que a crise econômica só acabará quando acabar a crise da saúde. O fim mais rápido da crise global está na colaboração multilateral sobre o desenvolvimento, produção e distribuição de terapias e vacinas, o que reduziria os riscos e custos de oferta para todos. Até que vacinas eficazes estejam amplamente disponíveis, o distanciamento social contínuo, o rastreamento de contatos e o uso de máscaras são essenciais para controlar a propagação do vírus e permitirão que a normalização econômica ocorra mais cedo. Ações multilaterais são necessárias para acabar com a crise para todos. (<https://www.imf.org/external/np/g20/111920.htm>)

Numa leitura ligeira dos documentos e declarações tanto do G20 quanto de outras instâncias como a OECD, o G7 e o BRICS é possível verificar a estreita relação que se dá entre saúde e economia. Entretanto, numa leitura mais refinada e analítica, percebe-se que a importância da economia e dos mercados se sobrepõe em termos de recursos e iniciativas no marco estrutural dos Estados às medidas preconizadas e aos recursos destinados à saúde. Ora, desde muito sabe-se que a saúde tem sua determinação tanto no social, no econômico, no cultural e no ambiental, ou seja, é multidimensionado e determinado, requerendo ações multisetoriais. Aliás, não é só a saúde mas todo o setor das políticas sociais e da proteção social dos cidadãos deste planeta.

A defesa do multilateralismo e um pronunciamento oficial em defesa da equidade e do meio ambiente já é um enorme passo para um arranjo como o G20. A aplicabilidade desses compromissos é que ainda requerem do grupo instâncias de supervisão e monitoramento para que o econômico e a defesa da saúde do mercado financeiro não se sobreponha sobre as políticas sociais, o bem estar e a saúde das pessoas.

A 12ª Cúpula dos BRICS durante a pandemia de COVID-19

Claudia Hoirisch

Os países que compõem o BRICS apresentam-se como um novo modelo de grupamento de países na ordem mundial, configurando-se em uma alternativa ao que existe, dominado pelo ocidente. São membros influentes de importantes fóruns internacionais, incluindo a ONU, a OMS, a OMC, o G-20, além de associações regionais, como a Comunidade de Estados Independentes (CEI), Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), União Africana (UA), entre outros.

Estes países constituem uma comunidade de interesses econômicos, políticos-diplomáticos e sanitários comuns na governança global. Ao longo de sua existência, o BRICS conseguiu coordenar atividades de seus países em organizações internacionais, incluindo a ONU, OMS e OMC, formar uma agenda transnacional comum, evoluindo para uma parceria estratégica multifuncional tendo realizado diversas reuniões nas áreas de gerenciamento de desastres, relações exteriores, saúde, Ciência Tecnologia e Inovação, entre outras.

Com poucas exceções, a maioria dos laços cooperativos do BRICS são bilaterais e regionais, não multilaterais. Em relação ao enfrentamento dos problemas advindos da Covid-19, o grupo busca a consolidação de interesses mais pragmáticos como o gerenciamento de riscos de surtos, a colaboração em pesquisa e a implementação de um Centro de P&D de vacinas.

As relações entre os parceiros do BRICS são baseadas na igualdade e respeito mútuo, bem como nos princípios de solidariedade e não são dirigidas contra nenhum Estado.

Após reiterados adiamentos, porque a pandemia não arrefecia, a 12ª Cúpula anual finalmente aconteceu de forma virtual em 17 de novembro no contexto do 75º Aniversário da ONU e em meio à pandemia de Covid-19.

A 12ª Cúpula dos BRICS

Durante a 12ª Cúpula, os líderes discutiram o estado atual da cooperação entre os membros do grupo e suas perspectivas, questões-chave no contexto global, incluindo a reforma do sistema multilateral, medidas para mitigar o impacto da pandemia de Covid-19 em curso e cooperação em saúde e C,T&I. Coordenaram posições à luz da cúpula do G20, marcada para 21 e 22 de novembro.

Defenderam um sistema internacional multipolar mais justo, equitativo e representativo, baseado na igualdade de todos os Estados e no respeito mútuo pelos interesses e preocupações de todos.

Reafirmaram o compromisso com o multilateralismo. Continuarão trabalhando para fortalecer e reformar a governança internacional com vistas a torná-la mais inclusiva e representativa com significativa e maior participação de países em desenvolvimento nas tomadas de decisão internacionais, melhor sintonizadas às realidades contemporâneas. Identificaram que os atuais desafios internacionais devem ser tratados por meio de cooperação internacional fortalecida por meio de um sistema multilateral revigorado e reformado, incluindo a ONU, a OMC, a OMS, o FMI e outras organizações internacionais. Reconheceram o papel do sistema das Nações Unidas, incluindo a OMS, na coordenação da resposta global abrangente à pandemia da Covid-19.

Atribuíram importância ao intercâmbio de informações sobre as medidas adotadas nacionalmente, bem como pacotes de estímulo de curto e médio prazos com o objetivo de

mitigar as consequências da crise atual e a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Reconheceram o papel da ampla imunização contra a Cov-19 na prevenção, contenção e interrupção da transmissão de modo a erradicar a pandemia. Apoiam iniciativas da OMS, governos, organizações sem fins lucrativos, institutos de pesquisa e indústria farmacêutica para agilizar a P&D e a produção da vacina, e apoiam abordagens cooperativas neste sentido. Irão se empenhar para garantir que, quando disponível, seja disseminada de forma justa, equitativa e acessível. Nesse sentido, apoiam a iniciativa Acelerador de Acesso às Ferramentas contra a Cov-19 (ACT-A).

Mais uma vez, recordaram a decisão da Declaração de Johannesburgo (2018) de estabelecer o Centro de P&D de Vacinas do BRICS e incentivaram sua efetiva operacionalização.

Destacaram a necessidade de fortalecer a cooperação do BRICS nas áreas de propriedade intelectual e enalteceram a colaboração entre seus escritórios de Propriedade Intelectual nacionais.

Saudaram o Programa-Quadro (PQ) de C,T&I do BRICS, que atraiu agências de financiamento dos países do grupo com mais de cem projetos do BRICS apoiados em diferentes áreas temáticas, o que facilitou a rede de organizações de pesquisa dos países BRICS a trabalharem juntos. Reconheceram a importância da cooperação do BRICS em CT&I no combate à disseminação e aos impactos da Cov-19, inclusive o lançamento de uma chamada conjunta de P&D no âmbito do PQ de CT&I do BRICS e intercâmbios de especialistas online.

O Novo Banco de Desenvolvimento forneceu recursos financeiros para reduzir as perdas humanas, sociais e econômicas causadas pela epidemia e para restaurar o crescimento econômico em seus países. O Programa de Assistência Emergencial pode fornecer até US\$10 bi em Empréstimos Emergenciais aos países membros.

Comentários dos líderes dos países BRICS durante a Cúpula e cooperação entre os BRICS

Putin pediu um esforço conjunto dos países do BRICS no desenvolvimento de vacinas contra o coronavírus e propôs que fosse acelerada a criação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de vacinas para os países do BRICS.

Neste momento, as empresas chinesas estão trabalhando com parceiros russos e brasileiros em ensaios clínicos de fase III de vacinas, e estão preparados para cooperar também com a África do Sul, Índia e outras nações no desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19.

O presidente Xi disse que a China está disposta a fornecer vacinas aos países BRICS, se necessário. Para apoiar o desenvolvimento do Centro de P&D de Vacinas do BRICS, a China designou seu próprio centro nacional. Estão dispostos a trabalhar com outros países do BRICS para promover pesquisas e testes coletivos de vacinas, estabelecer fábricas, autorizar a produção e o reconhecimento mútuo dos padrões dos países do BRICS. Propôs que seja convocado um simpósio do BRICS sobre medicina tradicional para explorar seu papel na prevenção e tratamento do coronavírus para aumentar o arsenal global contra a Covid-19.

A China aderiu às instalações da COVAX, uma plataforma de compartilhamento de vacinas com outros países, em particular os em desenvolvimento para permitir que sua vacina seja um bem público global.

O PM indiano, Narendra Modi, abordou a questão da cooperação entre os países do BRICS na produção de vacinas para Covid-19. Introduziu o conceito de Aatmanirbhar Bharat (Índia autossuficiente) apontando que o país pode fornecer contribuições sólidas para as cadeias

de valor globais. Sob esta campanha, a Índia distribuiu medicamentos essenciais para mais de 150 países devido à capacidade de sua indústria farmacêutica.

O presidente do Brasil, destacou que a cooperação no grupo precisa ser fortalecida e disse que os países do BRICS podem desempenhar um papel fundamental no combate à COVID-19 e impulsionar o crescimento econômico.

Importância da Cúpula para a Índia e China e da implementação da Agenda 2030

A Cúpula do BRICS teve um significado importante para Índia e China ao oferecer aos líderes daqueles países mais uma oportunidade de trocar ideias sobre as principais prioridades em um contexto de tensão contínua ao longo de suas fronteiras, a anterior foi na cúpula da Organização de Cooperação de Xangai OCX.

Para o presidente chinês, o desenvolvimento é a chave para a maioria dos problemas. Todos os esforços, desde a eliminação do impacto da Covid-19 e o retorno a uma vida normal, dependem do desenvolvimento centrado nas pessoas . De acordo com as previsões do Banco Mundial, a renda per capita global pode cair 3,6% este ano, e cerca de 88 a 115 milhões de pessoas podem ser empurradas para a pobreza extrema devido à pandemia. Portanto, além do desafio da Covid-19 é preciso apelar à comunidade internacional para que coloque a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no centro da cooperação internacional

Resposta da América Latina e Caribe à COVID-19

Sebastián Tobar e Carlos Linger

Desde o início da pandemia, quase 27 milhões de casos de Covid-19 ocorreram na Região das Américas, com mais de 700.000 mortes e mais de 16 milhões de pessoas recuperadas.

Embora o aumento acelerado do número de infecções nos Estados Unidos tenha sido um dos principais determinantes desses números, os casos continuam se acelerando em alguns países da América do Norte, Central e do Sul como parte do mosaico de diferentes perfis epidemiológicos.

No Canadá, os casos estão aumentando principalmente em idosos. Números elevados também estão sendo observados em comunidades indígenas, que são especialmente vulneráveis, devido à sua localização remota e difícil acesso à infraestrutura de saúde.

Na América Central, o Panamá registrou o maior número semanal de casos desde o início da pandemia. Como a informação epidemiológica está atrasada em muitos países da sub-região afetados pelos recentes furacões, continua preocupando a possibilidade de surtos ocorrerem em abrigos superlotados.

Em todo o Caribe oriental, os casos estão aumentando, principalmente em Santa Lúcia, onde foi registrado um surto originado na tripulação de um navio de carga no porto.

Na América do Sul, os casos continuam aumentando em alguns estados do Brasil. O notável aumento de casos em alguns departamentos do Uruguai, único país da América do Sul que não registrou transmissão na comunidade, é um exemplo da velocidade com que a situação pode evoluir em todas as sub-regiões do continente.

América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos até 30 de novembro de 2020

	País	Casos Confirmados	Falecimentos	Recuperados	População em Miles
Norte América	Canadá	378.139	12.130	299.972	37.742
	Estados Unidos	13.385.755	266.043	5.095.884	328.000
	México	1.113.543	105.940	823.586	128.933
Total Norte América		14.877.437	384.113	6.219.442	494.675
Sul América	Argentina	1.424.533	38.730	1.257.227	45.196
	Bolívia	144.708	8.957	121.702	11.501
	Brasil	6.335.878	173.120	5.601.804	212.559
	Chile	552.864	15.430	528.034	19.116
	Colômbia	1.316.806	36.766	1.210.489	50.883
	Equador	193.673	13.501	169.804	17.643
	Paraguai	82.424	1.756	58.453	7.183
	Peru	963.605	35.966	894.741	32.972
	Uruguai	5.857	77	4.367	3.474
Venezuela	102.394	897	97.326	28.436	
Total Sul América		11.118.742	325.200	9.943.947	691.644
Centro América	Belize	5.854	148	3.151	398
	Costa Rica	139.638	1.726	87.526	5.094
	El Salvador	39.130	1.120	35.839	6.486
	Guatemala	122.774	4.178	111.574	17.916
	Honduras	108.253	2.918	48.073	9.905
	Nicarágua	4.671	161	4.456	6625

	Panamá	165.806	3.079	144.462	4.315
Total Centro América		586.126	13.330	435.081	37.742
Caribe e Islãs do Oceano Atlântico	Cuba	8.381	136	7658	11.327
	Haiti	9.296	233	8.023	11.403
	República Dominicana	144.302	2.333	115.530	11.630
	Resto dos Países do Caribe Islãs y Territórios	127.337	2.454	51.062	10.901
Total Caribe e Islãs do Oceano Atlântico		289.316	5.036	182.273	45.261
TOTAL DE LA REGION DAS AMERICAS		26.871.621	727.679	16.780.743	

Fuente: <https://ais.paho.org/phis/viz/COVID19Table.asp>. Acesso 2 de dezembro de 2020

Diante dessa realidade epidemiológica, na última coletiva de imprensa da OPAS²¹, os países e a população das Américas foram instados a continuar aplicando medidas não farmacêuticas diante da pandemia, como as mais eficazes para controlar a propagação da doença vírus: máscaras em público; distanciamento seguro entre as pessoas; evitar espaços fechados e aglomerações; lavagem frequente das mãos.

A OPAS chamou a atenção para o início da temporada de férias, que muitas vezes envolve viagens pela região, lembrando os riscos que representam para a disseminação do vírus. Nesse sentido, recomenda não organizar eventos de massa e, caso o façam, devem ser realizados ao ar livre, limitando o número de participantes; reduzir encontros em espaços pequenos e fechados; ficar em casa; e ter cuidado em relação aos testes Covid-19, que podem, caso positivos, dar uma falsa sensação de segurança.

Da mesma forma que a pandemia revigorou as formas como as pessoas trabalham, estudam e participam da vida cívica, é preciso repensar as festividades por meio de comemorações virtuais na Internet e optando por eventos menores.

Diplomacia regional da saúde

MERCOSUL

Motivado pelo ‘Dia da Amizade Argentino- Brasileira²², os Presidentes Bolsonaro e Fernández reuniram-se buscando retomar laços fragilizados por questões político-ideológicas e priorizar temas de interesse comum aos dois países.

Ambos presidentes coincidiram em que o Mercosul é o principal eixo da integração regional. Bolsonaro pediu “*mais agilidade e menos burocracia*”, assim como identificou áreas de interesse como turismo, forças armadas e luta contra o narcotráfico e crime organizado.

Aparentemente, o encontro implica em eventual e inesperada reconstrução do Mercosul, que muito se explica a partir da derrota de Trump e a consequente necessidade do Brasil reconstruir diálogos a nível regional.

Paralelamente, nos dias 1 e 2 de dezembro, realizou-se a reunião dos Coordenadores Nacionais, preparatória da *XLVII Reunião de Ministros da Saúde do Mercosul*, que vai acontecer no dia 3 de dezembro de forma virtual.

²¹ <https://www.paho.org/es/medios/rueda-prensa-semanal-sobre-situacion-covid-19-region-americas>

²² O dia da amizade surge em virtude do encontro faz 35 anos entre o Presidente de Argentina Raúl Alfonsín com o Presidente José Sarney, em Foz do Iguaçu, que gerou o MERCOSUL

Os Coordenadores Nacionais analisaram e consensuaram diferentes projetos de Acordos e Declarações:

1. Declaração dos Ministros de Saúde do Mercosul sobre a importância de garantir a saúde ambiental e do trabalhador no contexto da pandemia pela Covid-19

A declaração é consistente com o apelo da OMS para abordar as ameaças à saúde e segurança dos trabalhadores, particularmente os da área da saúde, reafirmando o compromisso assumido em apoiar o Plano de Ação sobre a Saúde do Trabalhador para o OPAS-OMS período 2015-2025, reconhecendo a importância de ter programas de saúde ambiental e ocupacional para trabalhadores de saúde em nossa região.

Os Ministros se comprometem a abordar as ameaças à saúde e segurança dos trabalhadores, em particular os da área da saúde, reafirmando o compromisso assumido em apoiar o *Plano de Ação sobre a Saúde do Trabalhador 2015-2025* da OPAS-OMS, reconhecendo a importância de desenvolver programas de saúde ambiental e ocupacional para os trabalhadores da saúde da região.

Nesse sentido, reconhecem que garantir a gestão e disponibilidade sustentáveis de água e saneamento é um componente central da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável para todos, para a qual reafirmam a importância da provisão e gestão segura dos serviços de água, saneamento e higiene, como pilares fundamentais na prevenção e controle da transmissão da Covid-19.

Reafirmam a importância da provisão e gestão segura dos serviços de água, saneamento e higiene, como pilares fundamentais na prevenção e controle da transmissão da COVID-19, uma vez que garantem a gestão e disponibilidade sustentável de água e saneamento, para tudo é um componente central da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Reiteram os compromissos do *Simpósio Regional de Alto Nível sobre Água, Saneamento e Higiene em Estabelecimentos de Saúde: Uma Ação Urgente*, promovido pela OPAS em outubro de 2020, comprometendo-se a desenvolver e implementar roteiros para garantir a avaliação e disponibilidade desses serviços nas unidades de saúde.

Instaram a Comissão Intergovernamental sobre Saúde Ambiental e do Trabalhador (CISAT) a desenvolver diretrizes sobre Planos e Programas Nacionais de Saúde para Trabalhadores da Saúde e implementá-las.

2. Declaração dos Ministros da Saúde do MERCOSUL sobre assistência alimentar a populações vulneráveis no âmbito da covid-19

A declaração propicia:

- 1) Promover a geração de um marco regulatório que garanta que a assistência alimentar às populações vulneráveis siga as recomendações estabelecidas pelas Diretrizes Alimentares de cada país e políticas de rotulagem frontal, se existirem.
- 2) Tal marco regulatório deve contemplar disposições que abranjam todos os tipos de assistência, tais como: assistência alimentar direta, doação de alimentos, compras públicas, transferências em dinheiro, subsídio de recomendação de alimentos, entre outros, como forma de preservar a qualidade nutricional dos benefícios alimentares proporcionados e, assim, contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população beneficiária.
- 3) A aceitação de doações de produtos alimentícios deve respeitar as limitações previstas na proibição de propaganda, promoção e patrocínio da indústria de produtos não saudáveis como tabaco, álcool e outros que possam ser afetados por selos frontais.

3. Declaração dos Ministros da Saúde do Mercosul sobre o controle do tabaco e da COVID-19

A declaração ratifica a importância do fortalecimento das políticas de controle do tabaco no MERCOSUR como parte do esforço regional, face à pandemia pela Covid-19.

Aponta a importância de continuar avançando nas medidas de controle do tabagismo diretamente ligadas à emergência sanitária, como a ampliação de ambientes livres de tabaco e aerossóis para dispositivos eletrônicos, a implementação de advertências gráficas de saúde nas embalagens de tabaco e embalagem simples, proibição de todas as formas de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco, inclusive nas redes sociais; a proibição do uso em espaços públicos de narguilé ou narguilé e outros produtos de tabaco ou nicotina de uso comum, em razão de comprovada transmissão de infecções respiratórias.

Assinala a importância de reconhecer, manter e promover ações concertadas com outras áreas do governo e outros setores sobre as políticas de controle do tabagismo que progrediram no contexto da pandemia, tais como ações para avançar no controle do comércio ilícito de produtos do tabaco nas regiões de fronteira.

Ressalta a necessidade de estabelecer medidas para aumentar os impostos sobre todos os produtos do tabaco, levando em conta seus contextos e prioridades, como uma medida eficaz para reduzir o consumo de tabaco, prevenir doenças, salvar vidas e também fornecer fundos específicos que ajuda a enfrentar a pandemia.

Também estabelece o compromisso dos Ministérios de Saúde em gerar mais informações e evidências sobre a ligação entre o tabaco e a nicotina em suas diversas formas de consumo e o risco de adquirir o SARS-COV2 e formas mais agressivas da Covid-19.

4. Acordo dos Ministros da Saúde do Mercosul sobre Direitos e Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva no âmbito da emergência de saúde devido à Covid-19

O Acordo prevê a coordenação de esforços nacionais no MERCOSUL com vistas a garantir e melhorar o acesso e a atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva para a população dos Estados Partes e Associados durante esta crise sanitária global.

Os Ministros se comprometem em garantir o acesso da população em geral, especialmente mulheres, adolescentes e outras populações vulneráveis, à atenção em Saúde Sexual e Reprodutiva, entendida como serviços essenciais de saúde.

Concordaram em facilitar a atenção ao aborto, de acordo com o marco legal vigente em cada país, como forma a reduzir o aborto em condições de risco, morbidade e mortalidade materna.

Assumiram o compromisso de garantir ações que visam o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos e à atenção à saúde sexual e reprodutiva, como forma de evitar o aumento da mortalidade e morbidade materna e neonatal, o aumento das necessidades não atendidas de métodos anticoncepcionais, aborto inseguro, gravidez forçada e infecções sexualmente transmissíveis.

Os Ministros comprometeram-se a fornecer os produtos necessários à atenção da Saúde Sexual e Reprodutiva da população, com especial ênfase nas mulheres, adolescentes e populações vulneráveis. Isto inclui o acesso a anticoncepcionais de curta e longa duração, anticoncepção hormonal de emergência, aborto seguro de acordo com a legislação vigente em cada país, informação, orientação e serviços relacionados; reforçar os serviços de detecção e atenção à violência de gênero e a coordenação intersetorial e interinstitucional de que ela necessita; fortalecer os sistemas de proteção social e medidas de saúde para reduzir os riscos relacionados ao gênero durante o curso da pandemia; promover e fornecer medidas de

proteção contra Covid-19 para todos os profissionais de saúde e ambiente do usuário, a fim de minimizar o risco de contágio no processo de atenção à saúde sexual e reprodutiva, promover mecanismos de comunicação eficazes para se manter informado à população em geral e equipes de saúde quanto às medidas de saúde recomendadas, com base em evidências e em direitos, para o atendimento da saúde sexual e reprodutiva no âmbito da pandemia COVID-19, entre outras.

Outro consenso foi a necessidade de apoiar a pesquisa e fornecer evidências científicas sobre as implicações da pandemia Covid-19 na Saúde Sexual e Reprodutiva, tomando as medidas necessárias para otimizar o acesso a direitos e serviços saúde de toda a população.

5. Proposta apresentada pela Argentina

A Argentina apresentou uma proposta de Declaração que propõe *intensificar a cooperação horizontal entre os Estados Partes do MERCOSUL a fim de conter e controlar a pandemia COVID-19 e mitigar seus efeitos*. Também incentiva o *apoio ao Mecanismo COVAX* para garantir que a capacidade de pagamento dos países não se torne uma barreira para o acesso às vacinas COVID-19, situação que deixaria muitos países da região das Américas desprotegidos e permitiria que esta pandemia durasse mais do que o necessário e propõe uma representação dos países do MERCOSUL nos órgãos de governança do Mecanismo COVAX

PROSUL

O PROSUL tinha criado 5 Mesas de Trabalho criadas para operacionalizar os compromissos fixados pelos presidentes:

- Migração e Fronteiras
- Compras Conjuntas
- Acesso a Créditos Internacionais
- Epidemiologia e Disponibilidade de Dados, e
- Trânsito de Mercadorias

Em 12 de novembro a **Mesa de Compras Conjuntas** reuniu-se com a presença de representantes de Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru. Também participaram a OPAS e o BID INTAL.

A quinta reunião teve como objetivos informar sobre o andamento do processo de aquisição dos produtos priorizados, por meio do Fundo Estratégico; esclarecimento sobre situações relacionadas ao processo de aquisição de medicamentos pela OPAS; e informar sobre o andamento da cotação de luvas.

Os países que expressaram suas necessidades foram Equador, Peru, Paraguai, Bolívia e Chile, que se apresentam na tabela abaixo:

Producto	País	Demanda inicial (cantidad unitaria)
MIDAZOLAM 5 MG/ML SOL. INY. AM/FAM 10 ML	Ecuador	183.400
	Perú	631.440
MIDAZOLAM 5 MG/ML SOL. INY. AM 3 ML	Bolivia	1.200.000
	Ecuador	163.200
	Paraguay	5.570.000
MIDAZOLAM AM 5 MG/5ML SOL. INY.	Perú	157.860
TOTAL UNIDADES MIDAZOLAM		7.905.900
FENTANILO 0,5 MG/10 ML SOL. INY. AM/FAM	Bolivia	1.000.000
	Ecuador	94.100
	Perú	526.200

FENTANILO 0,1 MG/2ML SOL.INY. AM/FAM/JPR	Bolivia	350.000
	Paraguay	970.000
TOTAL UNIDADES FENTANILO		2.940.300

7ª Reunião da Mesa Epidemiológica e Disponibilidade de Dados

Foi realizado em 13 de novembro de 2020 com a participação de Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Paraguai. Foi apresentado o documento: “**Proposta de Indicadores para o monitoramento da pandemia de Covid-19**”, com o objetivo de:

1. Descrever os principais indicadores para monitorar a dinâmica da pandemia pela Covid-19, a fim de informar prontamente a Autoridade de Saúde e auxiliá-la com contribuições cientificamente robustas para a tomada de decisão em Saúde Pública.
2. Unificar critérios entre os países membros do PROSUR para ter um quadro geral que dê apoio a ação da autoridade sanitária com base em consensos regionais dinâmicos, amparados em evidências científicas e com o acompanhamento da OPAS.
3. Acordar formatos comuns de visualização e divulgação pública dos indicadores, que permitam fortalecer a comunicação do risco e a transparência nas informações que norteiam as decisões em saúde.

Foi anunciado o espaço na página web, solicitando-se aos países que prestem consentimento para o *upload* das apresentações nessa plataforma. Em geral, os países preferiam apenas fornecer os links para as páginas sobre Covid-19 na web.

Os representantes dos Ministérios de saúde dos países priorizaram as seguintes questões:

- Fortalecimento da vigilância epidemiológica.
- A vacina contra a Covid-19 e o período de imunização.
- O componente epidemiológico comunitário e o componente cultural.

Colômbia, Equador, Peru e Chile demonstraram vontade de trabalhar em um quadro regional, enquanto Brasil e Paraguai solicitaram mais tempo para avaliar a medida.

Resposta da Região Africana à COVID-19

Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg

OMS/AFRO

18 de novembro marca o fim do 11º surto de Ébola na República Democrática do Congo (RDC), quase seis meses após os primeiros casos terem sido relatados na província de Equateur. O surto teve lugar em comunidades espalhadas por densas florestas tropicais, bem como em áreas urbanas apinhadas, criando desafios logísticos. Estes foram superados devido à liderança do governo e das comunidades locais, apoiada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e vários parceiros nacionais e internacionais.

A OMS felicita os inquiridos e todos aqueles que incansavelmente acompanharam casos, forneceram tratamento, envolveram comunidades e vacinaram mais de 40 000 pessoas em alto risco e agradece a um vasto leque de parceiros pelo seu apoio. Os vacinadores utilizaram um inovador armazenamento em cadeia de frio para manter a vacina Ebola a temperaturas tão baixas como -80 graus Celsius. Os congeladores ARKTEK podem manter as vacinas a temperaturas muito baixas no campo durante até uma semana e permitiram aos responsáveis vacinar as pessoas em comunidades sem eletricidade.

"Vencer um dos agentes patogénicos mais perigosos do mundo em comunidades remotas e de difícil acesso demonstra o que é possível quando a ciência e a solidariedade se unem", disse a Dr. Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África. Ela disse ainda: "A tecnologia utilizada para manter a vacina Ebola a temperaturas super-frias será útil quando se trazer uma vacina COVID-19 para África. Fazer face ao Ébola em paralelo com a COVID-19 não tem sido fácil, mas muita da perícia que construímos numa doença é transferível para outra e sublinha a importância de investir na preparação para emergências e no desenvolvimento de capacidades locais".

O surto na parte ocidental da RDC, anunciado a 1º de junho de 2020, ocorreu quando outro surto de Ébola na parte oriental do país estava a terminar, e finalmente declarado a 25 de junho de 2020. Os dois surtos estavam geograficamente muito afastados. A análise da sequenciação genética revelou que não tinham qualquer relação. No final do atual 11º surto de Ébola na Província de *Equateur*, havia 119 casos confirmados, 11 prováveis, 55 mortes e 75 pessoas que tinham recuperado.

A Província *Equateur* foi também o local do 9º surto de Ébola no país, que foi superado em pouco mais de três meses em 2018 e teve metade do número de casos comunicados. No entanto, a resposta ao 11º surto de Ébola teve de enfrentar a pandemia da COVID-19, o que sobrecarregou os recursos e criou dificuldades em torno da circulação de peritos e abastecimentos. Houve também desafios em torno do grande número de casos em comunidades remotas que muitas vezes só eram acessíveis por barco ou helicóptero e, por vezes, a resistência da comunidade dificultou os esforços de resposta.

Sob a liderança do governo, a maioria dos inquiridos/*responders* foram mobilizados localmente, e deslocaram-se rapidamente, apesar de importantes dificuldades logísticas e de acesso. Os esforços de vacinação começaram apenas quatro dias depois de o surto ter sido declarado. Cerca de 90% dos vacinadores eram de comunidades locais. A resposta também aproveitou a experiência dos trabalhadores de saúde locais formados durante os dois recentes surtos. O pessoal trabalhou de perto com membros da comunidade para aumentar a compreensão do vírus, visitando mais de 574 000 domicílios e fornecendo a mais de 3 milhões de pessoas informações pertinentes sobre saúde e segurança.

No auge do surto havia mais de 100 peritos da OMS no terreno, apoiando a resposta do governo. Embora o 11º surto tenha terminado, há necessidade de uma vigilância contínua e de manter uma forte vigilância, uma vez que são possíveis potenciais surtos nos meses vindouros. A este respeito, a OMS e outros parceiros estão atualmente a realizar ações importantes para melhorar as capacidades operacionais críticas na província de Equateur, incluindo a formação de trabalhadores da linha da frente.

O fim deste surto serve como um lembrete de que os governos e parceiros devem continuar a concentrar a atenção noutras emergências, mesmo quando a luta contra a COVID-19 persiste. É necessário um maior investimento no reforço das capacidades nucleares dos países na implementação do *Regulamento Sanitário Internacional*. O reforço da preparação conduzirá a uma melhor resposta às ameaças decorrentes de doenças epidémicas e resultará num menor impacto social e económico.

A OMS agradeceu publicamente aos doadores que forneceram financiamento para a resposta ao Ébola ao abrigo do Plano de Resposta Estratégica, nomeadamente, o Fundo Africano de Emergência para a Saúde Pública (APHEF), o CDC/USA, a República Federal da Alemanha, Gavi, a República Popular da China e o Fundo Fiduciário Multiparceiros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (MPTF)²³.

Entrevistas em vídeo, imagens e fotografias estão disponíveis²⁴.

Continuação da 70ª Sessão do Comité Regional da OMS para a África

Os Ministros da Saúde reuniram-se para continuar a 70ª sessão do Comité Regional da OMS para África para um balanço dos esforços da região no combate à pandemia da COVID-19, com apelos para intensificar a vigilância e impedir um possível ressurgimento de infeções.

Na abertura da reunião, a Ministra da Saúde e da População da República do Congo e Presidente desse Comité Regional apelou a um maior empenho político de alto nível, solidariedade, partilha de informação e pesquisa sobre medicamentos tradicionais na luta contra a COVID-19. Ela reiterou o empenho em preservar os ganhos obtidos e trabalhar arduamente e em conjunto para conter uma possível segunda vaga de COVID-19 em África. Ela observou também que era crucial combater a complacência (na observação das medidas preventivas da COVID-19), reforçando a comunicação e a vigilância epidemiológica.

A Diretora Regional da OMS para África sublinhou a importância de reforçar a prevenção, nomeadamente à medida que as pessoas viajam ou se reúnem para as celebrações de fim de ano. Ela afirmou que *"à medida que observamos o aumento de casos em partes da Europa e das Américas, e um aumento no nosso gráfico de casos diário regional, não podemos ser complacentes. Precisamos de nos preparar para um ressurgimento, incluindo precauções de escalada em situações de risco, tais como reuniões festivas e relacionadas com as eleições"*.

Nas últimas três semanas, a Região Africana tem registado um aumento constante de casos. Por exemplo, a 22 de novembro, 18 países registaram um aumento de mais de 20% nos sete dias anteriores, em comparação com os últimos sete dias.

A Ministra da Saúde da Etiópia que é Segunda Vice-presidente desse Comité Regional afirmou: *"precisamos de continuar vigilantes nos nossos testes, isolamento e tratamento, e na nossa forte comunicação sobre as intervenções não-farmacêuticas; "A pandemia é uma crise*

²³ [11th Ebola outbreak in the Democratic Republic of the Congo declared over \(newsweaver.com\)](https://www.who.int/news/2020/11-11-ebola-outbreak-democratic-republic-congo)

²⁴ <https://drive.google.com/folderview?id=1TqSNPTM0Xf7eHHC2vuNY7nbgp1ZiRXi3>

diferente de tudo o que qualquer um de nós viveu nas suas vidas, mas pode ser um catalisador para construir a África mais segura, mais saudável e mais sustentável que todos desejamos".

Só lembrar que essa reunião virtual continuou as discussões que começaram online a 25 de Agosto. Mais de 200 delegados e representantes da sociedade civil participaram nas deliberações que também cobriram o orçamento do Programa da OMS para 2022- 2023.

A reunião do Comité Regional é uma reunião anual do órgão diretivo da OMS para África, reunindo Ministros da Saúde e altos funcionários de todos os 47 Estados-Membros da Região Africana da OMS. A 71ª Sessão do Comité Regional terá lugar em Lomé, Togo, em 2021 se a situação da pandemia até lá o permitir²⁵.

II reunião virtual do Grupo de Trabalho *ad hoc* CTIME-CPLP

No dia 27 de novembro, realizámos a segunda reunião virtual deste Grupo de Trabalho com a participação do Brasil (Fiocruz: Cris, EPSJV e Demeq - Departamento de Gestão de Equipamentos Científicos e médico-Hospitalares; e o Setor de Engenharia Clínica, Divisão de Logística e Infraestrutura, Hospital Universitário Antônio Pedro – HUAP da Universidade Federal Fluminense), Cabo Verde, Moçambique e Portugal.

A proposta de Pauta/Agenda da II Reunião do Grupo de Trabalho:

- Apresentação e adoção da Ata da 1ª Reunião (Comité de Redação)
- Conclusões da III Reunião de Ministros da Saúde da CPLP (Direção de Cooperação do SECPLP)
- Assuntos e/ou temas para as reuniões do Grupo de Trabalho em 2021 (debate)
- Conclusões/Encerramento

Foi adotada a Ata da 1ª Reunião apresentada pelo Comité de Redação, ficando a ata da 2ª reunião para ainda ser elaborada e distribuída oportunamente.

²⁵ [African Health Ministers urge greater vigilance in COVID-19 fight \(newsweaver.com\)](https://www.newsweaver.com/news/african-health-ministers-urge-greater-vigilance-in-covid-19-fight)

Resposta da Europa à COVID-19

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A Europa segue vivendo sua segunda onda, com números expressivos de mortes e novos contágios. Os países adotam estratégias de confinamento e desconfinamento de forma individualizada. Alguns locais ainda registram manifestações contrárias às medidas de restrição.

A UE esteve representada na reunião do G-20, oportunidade na qual o bloco marcou posição para que os países aprofundem o compromisso com a garantia de acesso equitativo e barato a vacinas, testes e medicamentos para o enfrentamento à Covid-19, conclamando nova iniciativa de financiamento coletivo para o ACT Accelerator.

Com a eleição de Biden nos EUA, a UE se prepara para um movimento de reaproximação com a potência norte-americana. O Conselho Europeu espera que se acorde, internamente, prioridades concretas em política externa e segurança, para comprometer com a nova liderança, que já está convidada a visitar a sede do bloco. O posicionamento europeu será construído com os 27 Estados-membros. A Cumbre Europeia convocada para a próxima semana começará a produzir documentos que embasem a aproximação. El País de 30 de novembro de 2020 noticia que desde a vitória de Biden, Berlim e Paris divergem da orientação a ser dada a partir de janeiro. Tanto Merkel, quanto Macron, mostram intenção de renovar laços com os EUA, mas a França defende prosseguir com os reforços das capacidades militares e diplomáticas da UE para alcançar uma “autonomia estratégica” em relação aos EUA. A Alemanha concorda com o reforço das capacidades, mas considera uma quimera o alcance desta autonomia a curto e médio prazo. Seguindo em seu papel de bastião do multilateralismo, a UE pretende estreitar a colaboração com Washington no seio da ONU e outras organizações internacionais e cobrar a reforma da OMC e o retorno dos EUA à OMS e ao Acordo de Paris.

A Otan, Organização do Tratado do Atlântico Norte, reunida no início de dezembro, passa a vislumbrar uma retomada no diálogo e cooperação entre os membros de sua aliança militar, que se via ameaçada pelo governo Trump. O secretário geral da OTAN, também está convidado a visitar a UE, mas a mudança de governo estadunidense não exime eventuais tensões entre a Otan e a política europeia de segurança que vem sendo desenvolvida no âmbito da UE. A França defende uma autonomia estratégica, mas os países-membros decidirão sobre a estratégia comum de defesa: eurocentrista, baseada em relação com Washington ou um modelo híbrido²⁶.

Comissão Europeia

A Comissão Europeia disponibilizou 8,5 mil milhões de EUR no âmbito da terceira parcela do apoio financeiro aos Estados-Membros ao abrigo do instrumento **SURE**. Como parte das operações realizadas hoje, a Bélgica recebeu 2 000 milhões de EUR, a Hungria 200 milhões de EUR, Portugal 3 000 milhões de EUR, a Roménia 3 000 milhões de EUR e a Eslováquia 300 milhões de EUR. Este apoio, sob a forma de concessão de empréstimos em condições favoráveis, ajudará estes Estados-Membros a fazer face ao aumento súbito das suas despesas públicas destinadas a preservar o emprego²⁷.

A Comissão adotou uma [Estratégia Farmacêutica para a Europa](https://ec.europa.eu/health/human-use/strategy_pt) (https://ec.europa.eu/health/human-use/strategy_pt) para garantir acesso a medicamentos inovadores e baratos e para apoiar a competitividade, a capacidade de inovação e a sustentabilidade da indústria farmacêutica europeia. Esta estratégia permitirá à Europa

²⁶ El País, edição de 30 de novembro de 2020

²⁷ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_20_2241

responder às necessidades farmacêuticas, mesmo durante crises, por intermédio da **criação de cadeias de abastecimento**. A estratégia será componente para criar uma **União Europeia da Saúde mais forte**, como solicitado pela presidente Ursula von der Leyen no seu [discurso sobre o estado da União](#), e ajudará a fundar um sistema farmacêutico da EU, que seja resistente a crises^{28 29}.

OMS EURO

Estão sendo feitos progressos em todas as frentes para a implementação do **Programa Europeu de Trabalho (EPW) - “Ação Unida para Melhor Saúde”**. Algumas ações de destaque são³⁰:

- o lançamento de um novo centro de preparação para emergências de saúde, o **Centro Europeu de Preparação para Emergências Humanitárias e de Saúde da OMS**, em Istambul, Turquia, que servirá como centro regional de preparação para emergências e fornecerá conhecimentos técnicos para melhorar a capacitação e operacionalizar áreas de capacidades básicas selecionadas do Regulamento Sanitário Internacional;
- o estabelecimento de um conselho consultivo científico para ajudar a identificar as prioridades políticas durante as pandemias, no âmbito da **Comissão Pan-Européia sobre Saúde e Desenvolvimento Sustentável**, que deve fornecer recomendações de políticas sobre sistemas de saúde e cuidados, com base nas experiências durante a pandemia COVID-19. Composta por ex-chefes de Estado e de governo, renomados cientistas da vida e economistas, líderes de instituições de saúde e assistência social e líderes da comunidade empresarial e de instituições financeiras, a comissão também vai buscar construir consensos sobre suas recomendações de forma a levar os cuidados sociais e de saúde ao patamar de prioridades políticas e sociais³¹;
- a formação de uma **secretaria conjunta tripartite regional**, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (**FAO**) e a Organização Mundial da Saúde Animal (**OIE**) para coordenar a ação **Saúde Única contra a resistência antimicrobiana** em toda a Região Europeia da OMS;
- preparação para a implantação e disponibilidade da **vacinação** COVID-19, incluindo discussões com a Comissão Europeia, a introdução de uma plataforma online para monitorar a preparação a nível nacional e orientação sobre a priorização de grupos populacionais para receber a vacina COVID-19 na Região.

²⁸ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_20_2173

²⁹ A Estratégia Farmacêutica para a Europa lança um processo, pois sua implementação inclui uma **agenda ambiciosa de ações legislativas e não legislativas** que serão lançadas nos próximos anos. As ações abrangerão todo o setor farmacêutico, mas também alguns aspetos dos dispositivos médicos. Criarão sinergias com o Pacto Ecológico Europeu e com ações no âmbito da [abordagem estratégica](#) (<https://ec.europa.eu/environment/water/water-dangersub/pharmaceuticals.htm>) da UE dos produtos farmacêuticos para reduzir o risco ambiental, a poluição causada pelos resíduos farmacêuticos e promover uma fabricação, utilização e eliminação mais ecológicas dos produtos farmacêuticos ([relatório de progresso](#): https://ec.europa.eu/environment/news/pharmaceuticals-environment-new-report-shows-good-progress-implementing-strategy-2020-11-25_pt). Está igualmente ligado ao [plano de ação em matéria de propriedade intelectual](#) hoje apresentado.

³⁰ <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-policy/european-programme-of-work/news/news/2020/11/next-steps-to-deliver-united-action-for-better-health-in-europe>

³¹ <https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/press-releases/2020/announcing-the-pan-european-commission-on-health-and-sustainable-development-rethinking-policy-priorities-in-the-light-of-pandemics>

Resposta da Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio à COVID19

Lúcia Marques

No período em observação, a divulgação dos ótimos resultados das vacinas - que estão perto de obter a licença das autoridades sanitárias; o aumento dos casos de COVID-19 em várias regiões do mundo, exigindo novas medidas de controle, e as eleições para presidência americana foram as manchetes das mídias e das redes sociais em todo o mundo.

Com menos mídia, mas de grande importância – e alguma esperança -, foram os anúncios de países, como China e Japão, de ações para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Foram impulsionados pelo programa do presidente eleito americano, Joe Biden, para uma plataforma política climática ambiciosa.

E esses anúncios vieram depois alguns alertas: cientistas relataram que duas das maiores geleiras da Antártica estavam perto do colapso, ameaçando vários metros de aumento adicional do nível do mar; no início de outubro, cinco ciclones tropicais se formaram no Oceano Atlântico pela segunda vez na história registrada; e poucas semanas depois, veio o relato de que metade dos corais da Grande Barreira de Corais morreram desde 1995.

Diante desse rápido acúmulo de evidências de uma catástrofe climática iminente, as principais economias do mundo, impulsionadas pelas mudanças políticas nos Estados Unidos, parecem prontas para, finalmente, tomar medidas sérias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa³².

Será desta vez? Como todas as tentativas anteriores de controle de carbono (Protocolo de Kyoto e Acordo de Paris) fracassaram por conta do posicionamento do país norte-americano, essa nova geopolítica de mudança climática chega trazendo mais esperança que dúvidas.

Mas o resultado das eleições americanas também se refletiu em alívio para quem acompanhava o aumento das tensões sino-americanas. E já vem provocando mudanças mais positivas na governança global, em especial para os países da Ásia Pacífico, que vinham sendo pressionados para se posicionar contra a China.

Nos meses recentes, o presidente Donald Trump vinha forçando um movimento contra a China, no âmbito do FOIP (Free Open Indo Pacific)³³ – estratégia americana para livre comércio e segurança militar nos mares e oceanos da região – e do QUAD – Diálogo Quadrilateral para Segurança, fórum informal entre Estados Unidos, Japão, Austrália e Índia, voltado para ações militares de segurança no Indo-Pacífico, nos moldes da OTAN. E, principalmente, no mês que antecedeu as eleições, o governo americano tentou cooptar abertamente, para seu grande projeto contra a China, os países da ASEAN³⁴ e seus cinco parceiros regionais (Austrália, China, Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia) para aderirem à iniciativa FOIP. Mas, mesmo seus aliados, como Japão e Austrália, em consonância com a ASEAN, não viam com bons olhos esse movimento contra a China. Para a região, China é um parceiro comercial importante.

Tanto que, uma semana após a eleição de Biden, os dez países membros da ASEAN e seus cinco parceiros assinaram a adesão à iniciativa chinesa RCEP (Parceria Econômica Abrangente Regional, em português), cuja negociação começou em 2012. A RCEP propõe uma zona de livre comércio com redução de tarifas e padronização de procedimentos alfandegários na região Indo-Pacífico. Está sendo considerado o maior acordo comercial do mundo – 15 nações

³² <https://thediplomat.com/2020/12/the-new-geopolitics-of-climate-change/>

³³ [Free-and-Open-Indo-Pacific-4Nov2019.pdf \(state.gov\)](#)

³⁴ Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vítنام

que representam 30% do PIB mundial e abrange uma população de mais de 2 bilhões de pessoas. Deve entrar em vigor já no ano que vem. Índia ainda está fora. Estados Unidos não estão nele.

A RCEP é um revés ao movimento do isolacionismo e unilateralismo americano. As 15 nações se tornam agora um único bloco comercial, parceiros importantes para o planejamento econômico um do outro e é um impulso para revigorar a globalização e a economia do pós-pandemia.

Mas mundo ainda precisa de uma boa dose de cooperação e do multilateralismo para superar os estragos da pandemia, ainda em andamento.

Com o discurso de cooperação e multilateralismo, a China cresce na nova governança global. A fala do líder chinês, Xi Jinping, na Cúpula de Riad do G20 (ver mais no capítulo sobre G20 deste informe), enfatizou a importância de fortalecer o sistema internacional centrado na ONU, importância da OMS e à reforma da OMC. Destacou a importância de reforçar o sistema global de saúde pública para prevenir e controlar futuras pandemias; de enfrentar os desafios para redução da pobreza global para um futuro mais inclusivo, sustentável e resiliente; reduzir disparidade; trabalhar políticas abrangentes e equilibradas para lidar com a pobreza causada pela COVID-19. Destacou ainda o papel da tecnologia digital e as novas formas de negociar e as novas plataformas que a pandemia impulsionou.

Esse discurso está em total consonância com o que a ASEAN e seus parceiros vêm discutindo ao longo desses meses de pandemia³⁵, para recuperar a economia e reverter as mazelas reveladas pela COVID-19: investir em infraestrutura e conectividade; enfrentar os desafios apresentados pela economia digital, incluindo segurança de dados; capacitar e criar mais oportunidades para pequenas e médias empresas, para mulheres, para jovens; ações para proteção da biodiversidade; cooperação e compartilhamento de políticas.

Um ano de COVID-19

Há um ano foi identificada pela primeira vez em Wuhan, China, em 1 de dezembro de 2019, a doença respiratória aguda que se espalhou pelo mundo e já atingiu 9% da população mundial³⁶ (64.326.880 pessoas confirmadas positivos) e com quase um milhão e meio de mortos. A tal segunda onda emendou com a primeira em muitos países, ao mesmo tempo que as pessoas estão exaustas das medidas restritivas.

Apesar de já termos aprendido um pouco mais sobre o vírus Sars-CoV-2, a COVID-19 segue desafiando o conhecimento científico e as capacidades dos governos, diariamente. Segue pressionando por soluções médico-científicas e acirrando disputas tecnológicas e comerciais, segue contribuindo.

Ao longo período, pandemia trouxe à tona muitas fragilidades, acelerou tendências e exacerbou rivalidades. E, simultaneamente, também foi usada por líderes autoritários para reforçar discursos populistas, protecionistas e antimultilateralistas, para consolidar seu poder político, principalmente na Ásia Pacífico, independente dessas ações contribuírem de fato para as respostas reais à COVID-19.

Um estudo recente da Freedom House³⁷ mostra que a condição da democracia e dos direitos humanos se deteriorou em 80 países desde o início da pandemia. Já havia uma

³⁵ [Estratégia para a Quarta Revolução Industrial; Declaração dos Ministros de Saúde; Biodiversidade e Saúde; Compartilhamento de Políticas; Infraestrutura; Declaração final da 36ª Cimeira da ASEAN; ASEAN e OECD;](#)

³⁶ O mundo tem hoje uma população de 7 bilhões e 600 milhões de pessoas. China e Índia são os mais populosos.

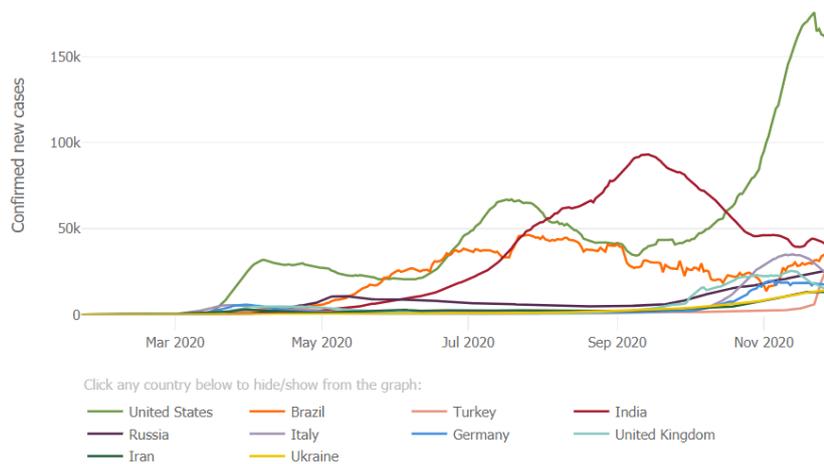
³⁷ [Freedom in the World 2020: A Leaderless Struggle for Democracy \(freedomhouse.org\)](#)

tendência à polarização política, ao populismo e influência dos militares na política. Mas a COVID-19 acelerou essa regressão, o que aumenta risco de conflitos. Especialistas acreditam que é possível reverter essa tendência. Na medida em que as repostas à COVID-19 ficaram aquém - sanitária e economicamente – os movimentos e as manifestações populares devem crescer. Como estamos vendo acontecer em vários países, como Tailândia e Malásia, por exemplo.

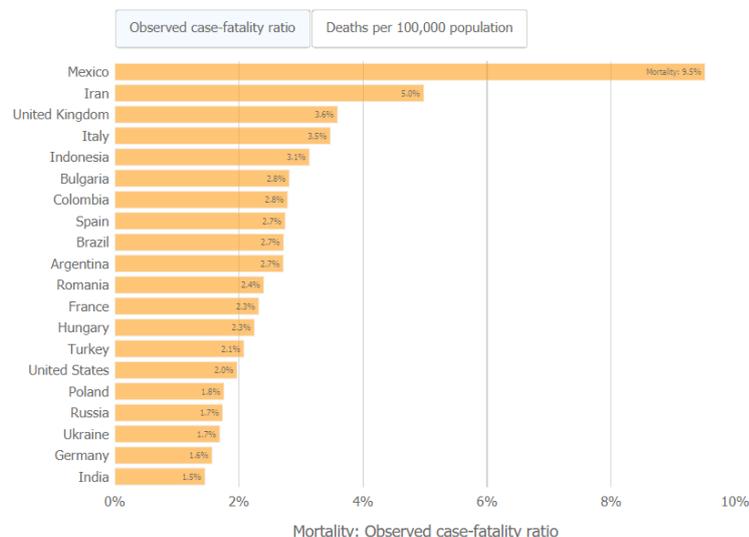
Cenário epidemiológico

O mundo vive uma segunda onda e alguns países da Ásia Pacífico e Oriente Médio se preparam para uma possível terceira onda. Nas últimas semanas os casos saltaram, em todos os continentes, mas, principalmente, na Europa e nas Américas. Na região da Ásia Pacífico, a Índia, com 9.499.413, e Rússia, com 2.327.105, seguem na frente, seguidos de Indonésia e Filipinas. Nepal confirmou a tendência de aumento de casos, por conta da chegada do inverno, da volta da poluição atmosférica levada da Índia, pelo vento e da falta de leitos públicos.

No Oriente Médio, a Turquia dobrou o número de casos no período. Mas o Irã segue na frente, com 989.572 casos.



10 países mais afetados. Fonte: <https://coronavirus.jhu.edu/data/new-cases>



Taxa de mortalidade. Fonte: <https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality>

País	22/09 (óbitos)	03/10 (óbitos)	16/10 (óbitos)	03/11 (óbitos)	02/12 (óbitos)
Afganistão	39.09 (1.445)	39.097 (1.462)	40.073 (1.483)	41.728 (1.544)	46.980 (1.822)
Arábia Saudita	330.246 (4.512)	335.997 (4.850)	341.143 (5.144)	348.037 (5.437)	357.872 (5.919)
Austrália	26.942 (854)	27.121 (893)	27.371 (904)	27.610 (907)	27.924 (908)
Bangladesh	352.1789 (5.007)	367.565 (5.325)	386.086 (5.623)	410.988 (5.966)	469.423 (6.713)
China	90.389 (4.737)	90.588 (4.739)	90.912 (4.739)	91.461 (4.739)	93.096 (4.744)
Coreia do Sul	23.106 (388)	24.027 (420)	25.035 (441)	26.807 (472)	35.163 (526)
Emirados Árabes	85.595 (405)	97.760 (426)	112.849 (455)	136.149 (503)	171.434 (580)
Filipinas	291.789 (5.049)	291.798 (5.678)	351.750 (6.531)	387.161 (7.318)	434.357 (8.436)
Índia	5.562.663 (88.935)	6.623.815 (103.569)	7.550.273 (114.610)	8.267.623 (123.097)	9.499.413 (138.122)
Indonésia	252.923 (9.837)	299.506 (11.055)	353.461 (12.347)	418.375 (14.146)	549.508 (17.199)
Irã	429.193 (24.656)	468.119 (26.746)	522.387 (29.870)	637.598 (36.611)	989.572 (48.990)
Iraque	322.856 (8.625)	375.931 (9.347)	420.303 (10.142)	478.701 (11.017)	556.728 (12.340)
Israel	193.374 (1.285)	263.983 (1.679)	301.896 (2.141)	315.983 (2.580)	338.748 (2.883)
Japão	79.770 (1.518)	85.345 (1.594)	92.094 (1.664)	103.210 (1.793)	153.403 (2.137)
Kuwait	100.683 (588)	106.458 (620)	114.744 (690)	127.293 (789)	143.260 (882)
Nepal		91.930 (456)		176.500 (984)	236.246 (1.538)
Nova Zelândia	1.815 (25)	1.849 (25)	1.880 (25)	1.968 (25)	2.060 (25)
Paquistão	366.886 (6.424)	313.984 (6.507)	321.877 (6.621)	336.260 (6.847)	403.311 (8.166)
Qatar	123.604 (211)	126.339 (216)	128.992 (222)	133.143 (232)	139.256 (239)
Rússia	1.111.157 (19.575)	1.198.663 (21.153)	1.361.317 (23.580)	1.661.096 (28.611)	2.327.105 (40.630)
Singapura	57.627 (27)	57.800 (27)	57.901 (28)	58.029 (28)	58.230 (29)
Síria	3.833 (175)	4.289 (203)	4.931 (238)	5.843 (295)	8.059 (426)
Tailândia	3.511 (59)	3.583 (59)	3.669 (59)	3.797 (59)	4.026 (60)
Taiwan	509 (7)	517 (7)	531 (7)	567 (7)	685 (7)
Turquia	304.610 (7.574)	321.512 (8.325)	347.493 (9.296)	379.775 (10.402)	700.880 (14.129)
Vietnam	1.068 (35)	1.096 (35)	1.124 (35)	1.202 (35)	1.358 (35)
Yémen	2.028 (586)	2.040 (35)	2.053 (596)	2.063 (601)	2.217 (621)

Obs.: As regiões somam juntas mais de 65 países, mas, para análise, o recorte foca os países com maior número de casos ou com melhores resultados de ações tomadas pelas autoridades nacionais.